



RELATÓRIO E CONTAS
AEGON SANTANDER
PORTUGAL VIDA

2016



RELATÓRIO E CONTAS
AEGON SANTANDER
PORTUGAL VIDA
2016

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.





ÍNDICE

01	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	06
	Governança da Sociedade	08
	▷ Estrutura e Modelo de Governo	08
	▷ Estrutura Acionista	11
	▷ Órgãos Sociais	11
	▷ Código de Conduta	12
	▷ Política de Remunerações	13
	Enquadramento da Atividade	14
	▷ Cenário Macroeconómico	14
	▷ Mercado de Seguros em Portugal	24
	Análise de Gestão	26
	▷ Sistemas de Informação	26
	▷ Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno	27
	▷ Síntese de Indicadores	28
	▷ Gestão de Ativos	29
	▷ Custos e Gastos por Natureza a Imputar	29
	▷ Recursos Humanos e Formação	30
	▷ Atividade Comercial	31
	▷ Capital Próprio e Margem de Solvência	32
	Perspetivas para 2017	33
	Proposta de Aplicação de Resultados	34
	Nota Final	35
02	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS	37
03	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	104
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	108



01

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- ▷ **Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado**
- ▷ **Governança da Sociedade**
- ▷ **Enquadramento da Atividade**
- ▷ **Análise de Gestão**
- ▷ **Perspetivas para 2017**
- ▷ **Proposta de Aplicação de Resultados**
- ▷ **Nota Final**

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ADMINISTRADOR DELEGADO



2016 foi um significativo e excitante ano para a Aegon Santander Portugal.

Este segundo ano de atividade da aliança estratégica entre os Grupos Aegon e Santander reforçou a desejada criação de valor desta parceria, não apenas para os Acionistas, mas também para os clientes que têm acesso a uma oferta alargada e diferenciadora de produtos de proteção.

Sabemos que para os nossos clientes particulares e empresariais proteger as suas famílias e colaboradores de eventos imprevistos é uma prioridade. A elevada proximidade com os nossos clientes, permitiu-nos lançar novos produtos e reformular produtos existentes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades de proteção específicas, materializando-se num aumento de 19% da base de pessoas seguras em 2016.

Esta proximidade aos clientes ficou reforçada com a introdução de um novo processo de contratação de produto, alterando a forma de 'relacionamento' entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia. Esta inovação tecnológica introduziu igualmente uma melhoria nos processos internos da Companhia.

Os fundamentais da Companhia continuam fortes e os clientes continuam a valorizar as soluções que oferecemos, como demonstrado pela permanência e reforço da base de clientes. A nossa superior solidez financeira e flexibilidade, suportada na gama completa de soluções de proteção disponibilizada e uma forte capacidade de execução, permitiram-nos a obtenção de ótimos resultados financeiros e nível de retorno dos capitais próprios.

Atuando num contexto económico e social desafiante, obtivemos um aumento de 63% do resultado por ação, um aumento de capitais próprios de 22% e um retorno¹ de 29%. É um ano em que reportamos um crescimento sólido e sustentado do nosso negócio e em que continuamos a preparar o futuro através de investimentos e desenvolvimento de oportunidades de crescimento.

O resultado líquido do exercício de 2016 situa-se em 4,9 milhões de euros (2015: 3 milhões de euros), correspondente a 66 cêntimos de euro por ação (2015: 40 cêntimos de euro). A boa *performance* da atividade de seguros vida risco, aliada a uma gestão técnica eficiente e um compromisso de simplificação de operações, suportam os resultados obtidos.

Ao mesmo tempo, em que continuamos a reforçar a rentabilidade para os Acionistas, tendo distribuído 1,4 milhões de euros de dividendos sobre os resultados de 2015 e propondo agora um aumento significativo do valor a distribuir em 2017, mantemos uma posição de solvência sólida em regime de Solvência II.

Adicionalmente, ao nível da gestão dos ativos financeiros verificou-se uma valorização do portfolio de obrigações superior a 1 milhão de euros e a duplicação dos rendimentos financeiros obtidos face a 2015.

A nossa *performance* sólida e ações durante o ano refletem o continuado compromisso estratégico de manter um *mix* de qualidade de negócio, apropriada gestão de riscos e de capital e a persecução de um crescimento rentável ao longo do tempo.

Mantemo-nos comprometidos com as quatro prioridades fundamentais para fortalecer as nossas operações:

(1) o nosso *mix* de negócio estratégico, focado na proteção dos riscos de vida e invalidez aliado a um conjunto alargado de coberturas complementares, que são o principal *driver* do nosso desempenho e que nos diferencia enquanto Companhia de seguros;

(2) a nossa solidez financeira e marca, pilares fundamentais para assegurar a nossa capacidade de cumprir com os compromissos de longo prazo que mantemos com os nossos clientes;

(3) a eficiência operacional e qualidade nos serviços internos e externos e que permitem rápidas adaptações e respostas num ambiente em constante mutação; e

(4) o talento dos nossos colaboradores e a cultura da Companhia, que se mantem como uma importante vantagem competitiva e alavanca de *performance* da nossa atividade.

Adicionalmente, mantemos um sólido compromisso com a estrutura de governo da Companhia, que suporta a nossa capacidade de criar valor no longo prazo e cumprir as nossas obrigações com os nossos acionistas, clientes, reguladores, colaboradores e comunidade, onde a integridade permanece uma forte constante na nossa forma de atuação.

Finalmente, a terminar o ano de 2016, foi com enorme honra e satisfação que a Aegon Santander Portugal foi distinguida, pela revista *Exame*, como uma das 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal. Este prémio foi obtido entre as muitas empresas avaliadas, mais de 40 000 colaboradores, pertencentes aos mais diversos setores de atividade económica.

Esta distinção, obtida no final do segundo ano de atividade, e os bons resultados financeiros alcançados, transmitem total confiança no futuro. Contamos com uma sistemática de distribuição comercial forte e uma Equipa cheia de Talento, Ambição e Compromisso que todos os dias quer ser número Um naquilo que faz. São as capacidades individuais de cada um dos colaboradores que fazem com que a Aegon Santander Portugal se destaque enquanto Empresa.

A *performance* obtida nos 2 anos de atividade da Companhia reforça a nossa confiança na implementação e no sucesso do plano estratégico definido e sua capacidade de gerar resultados de forma sustentada e consistente.

Jaime Kirkpatrick
Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio
Administrador Delegado

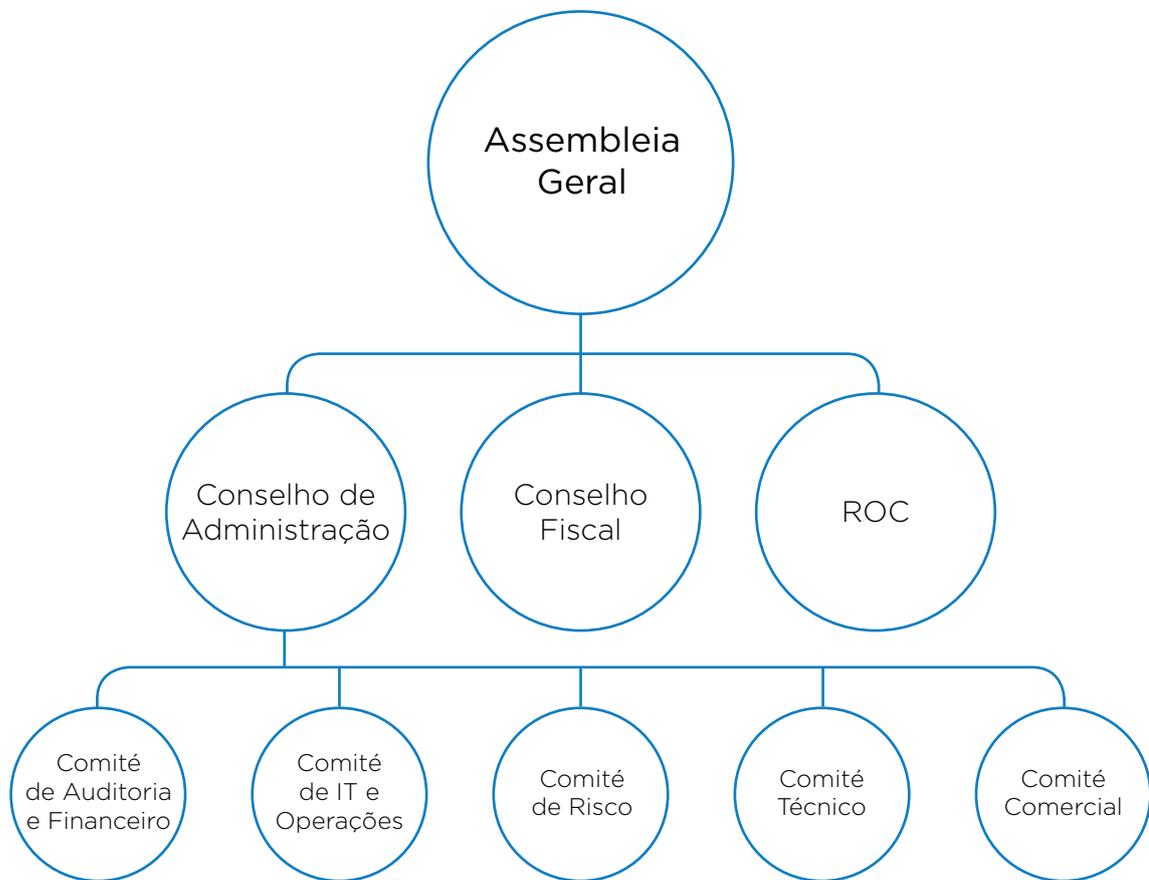
¹ Resultado líquido / Capital próprio + Prémio de emissão

GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

Estrutura e Modelo de Governo

O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

O organograma seguinte apresenta a estrutura de governo da Aegon Santander Portugal Vida:



Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos, mediante proposta do Conselho Fiscal. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Comitês apresentados no organigrama funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. Compete-lhes analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Os Comitês são constituídos por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

- ▷ Comité Técnico: analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;
- ▷ Comité de Risco: avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e *compliance*;
- ▷ Comité Comercial: analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- ▷ Comité de Auditoria e Financeiro: analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- ▷ Comité de IT e Operações: analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e propõe os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comitês.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado, a estrutura da Companhia integra ainda cinco Direções, nomeadamente:

- ▷ Direção de Tecnologia e Operações;
- ▷ Direção Financeira;
- ▷ Direção de Qualidade e *Compliance*;
- ▷ Direção Técnica e de Produtos;
- ▷ Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Estrutura Acionista

**Santander
Totta
Seguros, S.A.**

49%

**Aegon
Spain
Holding, B.V.**

51%

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

- ▷ António Miguel Terra da Motta - Presidente
- ▷ Alexandre Jardim - Secretário

Conselho de Administração

- ▷ Jaime Kirkpatrick de la Vega – Presidente
- ▷ Nuno Miguel Frias Costa – Vice-presidente
- ▷ Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio – Administrador Delegado
- ▷ Borja Borrero Mayora
- ▷ Jorge Filipe Alves Gaspar
- ▷ Oscar Villoslada Montpart
- ▷ Ronald de Leeuw
- ▷ Tomás Alfaro Uriarte

Conselho Fiscal

- ▷ José Duarte Assunção Dias - Presidente
- ▷ António Baia Engana - Vogal
- ▷ Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço – Vogal
- ▷ José Luís Areal Alves da Cunha - Suplente

Revisor Oficial de Contas

- ▷ Carlos Manuel Sim Sim Maia ou José Manuel Henriques Bernardo, em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Código de Conduta

A Companhia dispõe de um código de conduta que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, encontrando-se publicado numa área comum, acessível a todos os colaboradores.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege encontram-se definidos no código de conduta:

- ▷ Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- ▷ Respeito para com as pessoas;
- ▷ Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- ▷ Prevenção de riscos laborais;
- ▷ Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- ▷ Direitos coletivos.

O código de conduta encontra-se divulgado no sítio da internet da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

Política de Remunerações

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade foi apreciada e aprovada pela Assembleia Geral e encontra-se publicada de forma integral no sítio da internet da Companhia.

A referida política tem como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer, e atingir, metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- ▷ Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- ▷ Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- ▷ Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- ▷ Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- ▷ Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor;
- ▷ Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- ▷ Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

No que respeita à política de remunerações dos colaboradores prevista na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, informa-se que esta se encontra em processo de redação e validação, prevendo-se que seja aprovada pelo Conselho de Administração no curto prazo.

Esta política seguirá na generalidade os princípios que definem a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

Cenário Macroeconómico

Economia Internacional

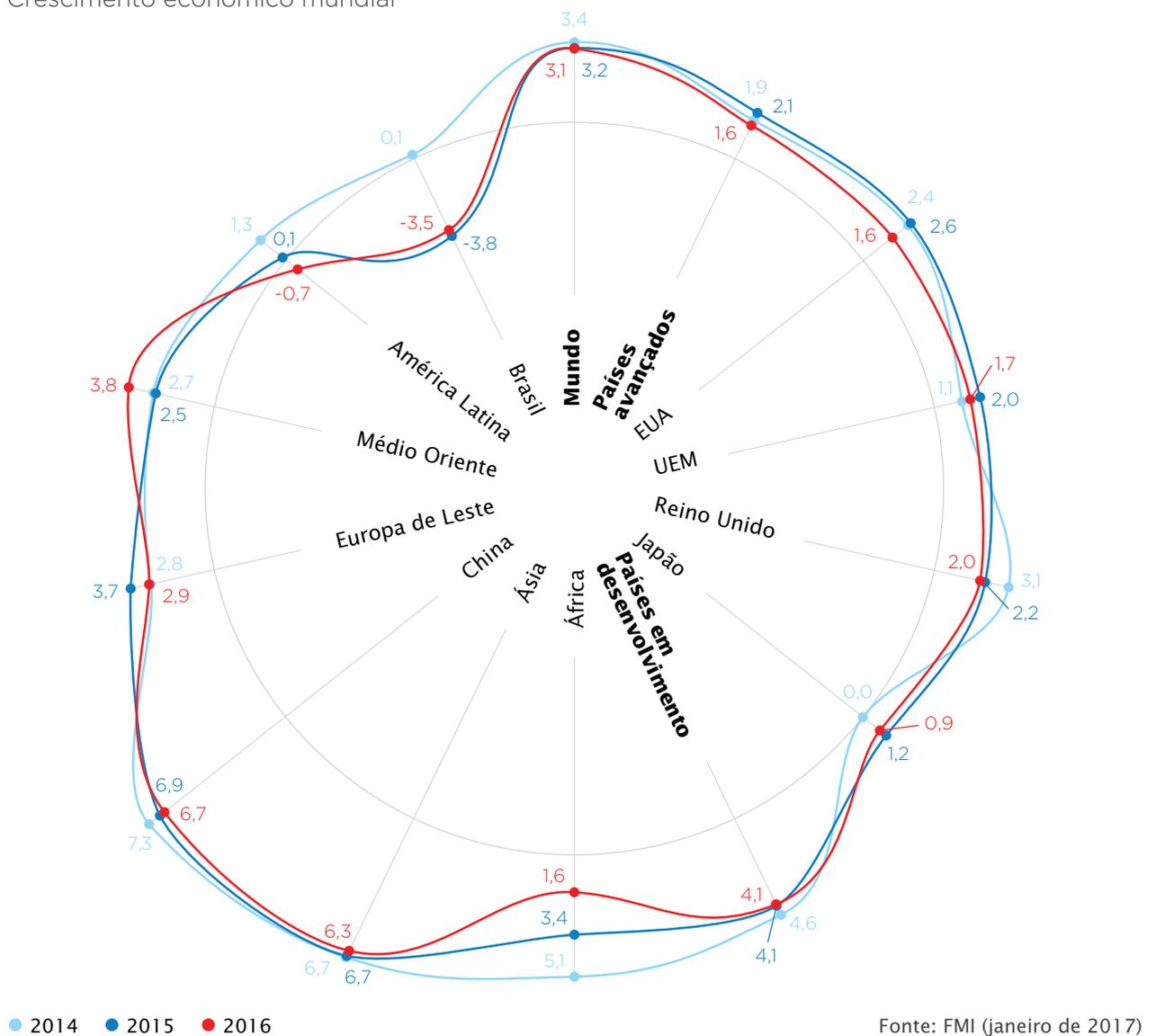
O ano de 2016 caracterizou-se por um ritmo de crescimento moderado, em redor de 3%, e em desaceleração face a 2015, assim resultando num novo ano de expansão inferior ao inicialmente previsto. Este abrandamento da atividade esteve especialmente concentrado nas economias desenvolvidas, tanto na zona euro, como nos EUA.

Ao longo do ano, o Fundo Monetário Internacional reviu em baixa as suas projeções para o crescimento do PIB mundial, até 3,1%, na atualização de janeiro de 2017 do *World Economic Outlook*. As economias desenvolvidas poderão ter crescido 1,6% (face a 2,1% em 2015), e as economias emergentes poderão ter mantido um crescimento em redor de 4,1%, apesar de claras diferenças regionais.

A desaceleração esteve influenciada por um conjunto de fatores adversos, que foram afetando a confiança dos agentes económicos ao longo do ano.

Um primeiro fator foi a incerteza, logo nos primeiros meses do ano, relativamente à dinâmica de crescimento na China, que gerou inclusivamente uma fase de volatilidade acrescida nos mercados financeiros. Os receios de uma desaceleração profunda da atividade foram dissipados com os dados económicos entretanto divulgados, que revelaram também que as medidas de estímulo adotadas pelas autoridades produziram efeitos de curto prazo, com o crescimento a estabilizar acima de 6,5%.

Crescimento económico mundial



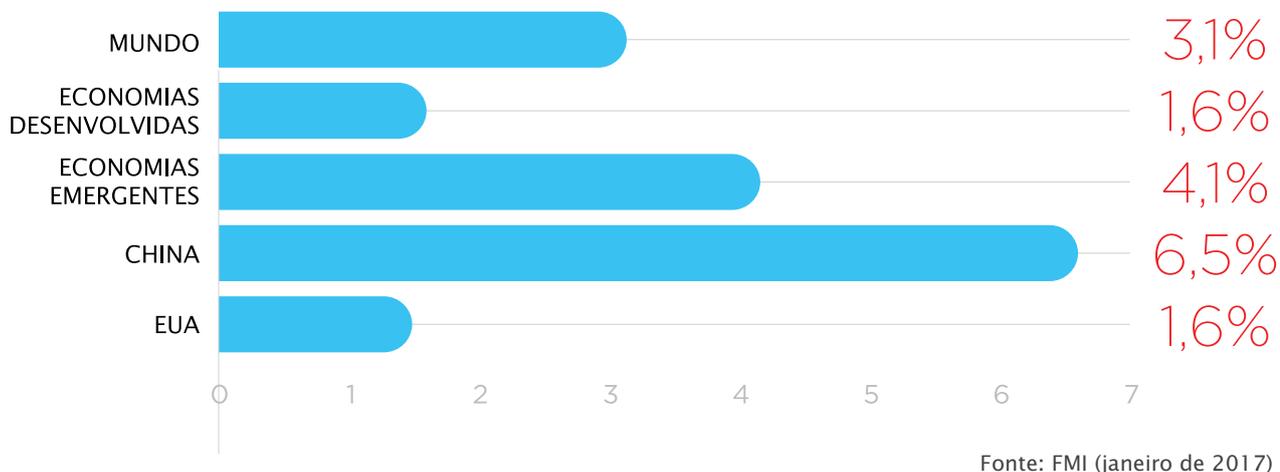
Um segundo fator foi o referendo britânico relativo à permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação favorável à saída, assim materializando o cenário de *Brexit*, contribuiu para manter o clima de incerteza e a volatilidade nos mercados financeiros.

O novo Governo, liderado por Theresa May, anunciou que a formalização do pedido de saída, ao abrigo do artigo 50.º do Tratado da União Europeia, deveria ocorrer até ao final de março de 2017. Já em janeiro de 2017, o Parlamento votou pelo início do processo, e o Governo publicou um *Livro Branco*, onde apresentou os objetivos para o período negocial, assim como para a futura relação com a União Europeia. Em particular, o Governo pretende ter um período de transição diferenciado entre setores e que cubra o risco de não existir um pleno acordo durante o horizonte de dois anos previsto no Tratado de Lisboa.

O FMI publicou um estudo², preliminar ao referendo, onde estimou um impacto negativo de entre 0,5pp e 1pp sobre o crescimento económico nas principais economias desenvolvidas, num período de dois a três anos, e num contexto de negociações bem-sucedidas. A economia britânica, contudo, poderia ser mais afetada, em especial devido ao maior peso dos serviços no conjunto da atividade, com um impacto de -0,9pp já no ano de 2017. Em 2016, os impactos revelaram-se menores do que o antecipado, embora apenas em 2017 o processo de *Brexit* venha a ter o seu efetivo início.

² "United Kingdom: Selected Issues", IMF Country Report 16/169, junho 2016

Crescimento económico mundial



O Banco de Inglaterra, nas reuniões de 2016, manteve as taxas de juro de referência, mas sinalizou sempre dispor dos instrumentos necessários para atuar, caso os riscos adversos se materializassem e afetassem negativamente a atividade económica.

Nesse mesmo estudo, o FMI considerou que as outras economias mais afetadas poderiam ser as economias desenvolvidas, com as quais o Reino Unido tem relações comerciais e financeiras mais fortes, pelo que mesmo dentro da União Europeia os impactos poderiam ser diferenciados entre os vários países.

Para Portugal, o Reino Unido foi, nos últimos anos, um importante parceiro comercial, sendo o quarto mercado de destino das exportações de bens e serviços (sendo ao nível do turismo o principal mercado de origem). Além disso, Portugal registou com o Reino Unido o seu maior excedente comercial.

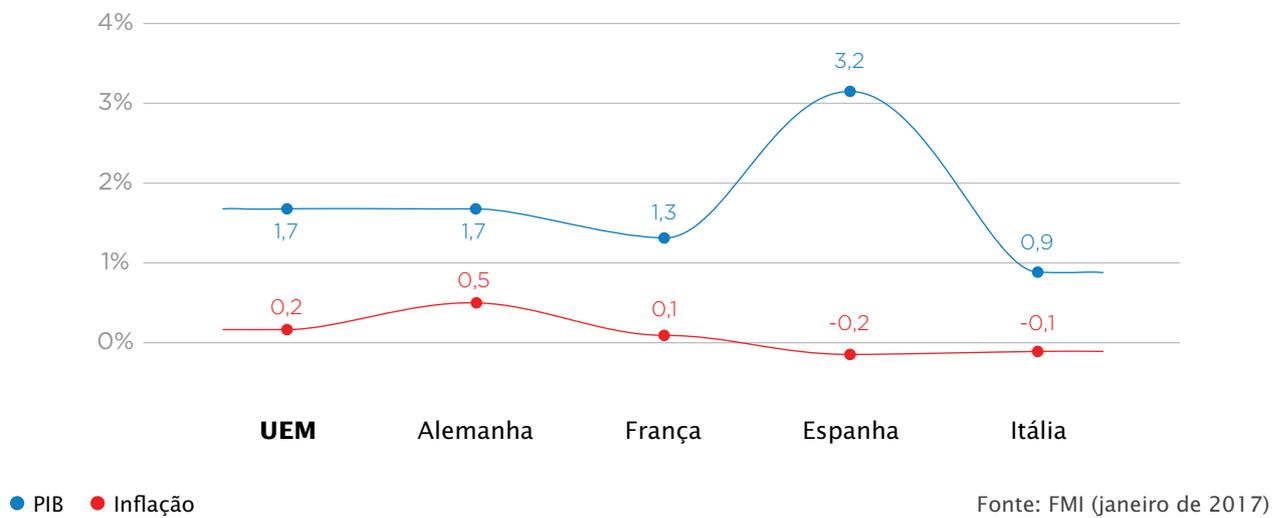
Um terceiro fator de incerteza esteve relacionado com alterações geopolíticas, onde se incluíram um progressivo foco em políticas protecionistas, em contraste com o processo de globalização que caracterizou as três últimas décadas.

Também nos EUA, a nova Administração, eleita em novembro de 2016, deu orientações de revisão dos principais acordos comerciais, em vigor ou em fase final de negociação (NAFTA, TPP e TTIP), bem como das relações comerciais com a China e outros países.

Em 2016, a economia norte-americana desacelerou, com um crescimento estimado em 1,6%, face a 2,6% no ano anterior. Esta desaceleração, e como verificado em anos anteriores, foi mais pronunciada no primeiro semestre do ano, e esteve associada a, por um lado, condições climáticas adversas, que afetaram a construção, e, por outro lado, a uma redução do investimento em infraestruturas de óleo e gás de xisto, fruto da descida dos preços do crude para níveis abaixo de 40 dólares por barril no final de 2015.

Apesar do menor crescimento económico, a criação de emprego permaneceu sustentada, com a taxa de desemprego a cair para 4,7%, o nível mais baixo desde 2007.

Evolução do PIB e da inflação na zona euro



Fruto da conjugação dos fatores de incerteza supramencionados, a Reserva Federal dos EUA apenas retomou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em dezembro, com uma nova subida de 25pb, para 0,75%, já que em reuniões anteriores decidiu aguardar por mais informação quanto aos impactos que esses fatores poderiam ter sobre a economia norte-americana. Nessa mesma reunião, revelou que os governadores admitiam a possibilidade de as taxas de juro de referência poderem vir a registar mais duas a três subidas durante o ano de 2017.

Na zona euro, o PIB desacelerou igualmente, com um crescimento estimado de 1,7%, abaixo dos 2,0% observados em 2015. Durante o primeiro semestre, e apesar do clima de incerteza global, a zona euro manteve um ritmo de crescimento sustentado, embora diferenciado entre países, beneficiando da melhoria da procura interna, incluindo a despesa de capital.

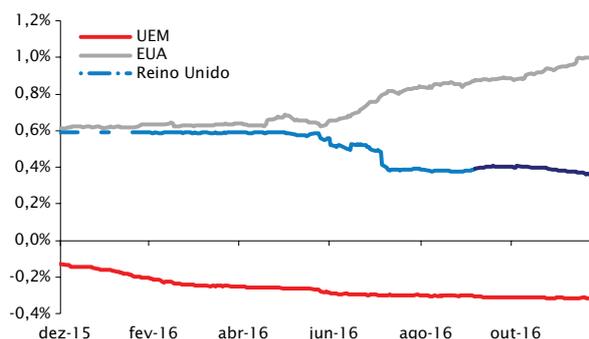
No entanto, com as estimativas de crescimento para 2016 abaixo do crescimento potencial, e com a inflação claramente abaixo do objetivo de "próximo, mas abaixo de 2%", fruto também da evolução dos preços da energia, o Banco Central Europeu decidiu uma reformulação das medidas de estímulo à economia.

Na reunião de março, o BCE decidiu (i) descer a taxa refi para 0% e a taxa de depósito para -0,4%; (ii) ampliar o programa de aquisição de ativos financeiros para 80 milhões de euros mensais (um acréscimo mensal de 20 mil milhões); (iii) incluir dívida emitida por empresas não financeiras no leque de ativos elegíveis para o programa de *quantitative easing*; e (iv) lançar um conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa), a quatro anos, nas quais os bancos acedem a financiamento à taxa refi, podendo posteriormente beneficiar de uma bonificação da taxa de juro, até ao valor da taxa de depósito, dependente da evolução da carteira de crédito durante o período de vida da operação. Os bancos puderam, também, converter o financiamento que tinham obtido ao abrigo do anterior programa de TLTRO nesta nova modalidade.

Em consequência deste anúncio, e sua implementação, as taxas de juro da zona euro, de curto e de longo prazo, registaram um movimento de descida, que as conduziu para níveis mínimos históricos absolutos.

Assistiu-se, assim, a um movimento diferenciado das taxas de juro entre a zona euro (valores progressivamente mais negativos) e os EUA, onde as taxas de juro de curto prazo subiram, em consonância com a atuação da Reserva Federal. As taxas de juro britânicas reduziram-se, a partir de junho, com a mensagem pelo Banco de Inglaterra de que estaria disponível para reagir aos eventuais efeitos do *Brexit* sobre a economia.

Taxas de juro 3 meses

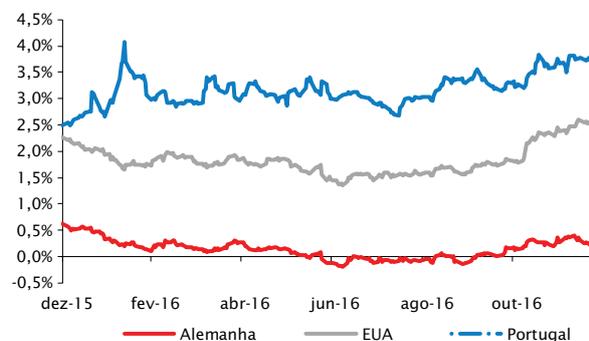


Fonte: Bloomberg

Em vários países europeus, as taxas de juro de longo prazo (na maturidade dos 10 anos) entraram em terreno negativo, fruto das decisões de março do BCE.

Esta dinâmica inverteu-se no final do ano, quando se iniciou um movimento global de *repricing*, que teve parte da sua génese nos EUA, em antecipação à eleição de Donald Trump e às anunciadas políticas de estímulo económico (fiscal e de investimento em infraestruturas). Na Europa, as taxas de juro de longo prazo subiram mais pronunciadamente em Espanha, devido às negociações para formação do Governo, e em Itália, em antecipação ao referendo sobre a reforma do sistema político.

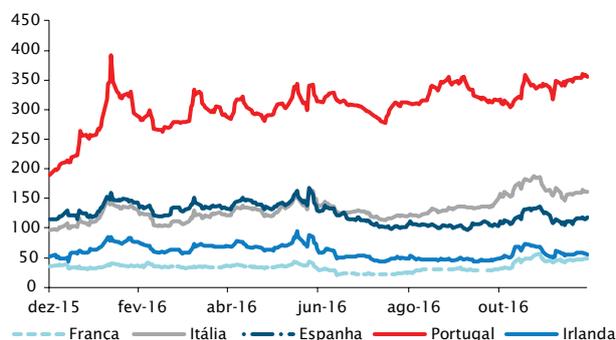
Taxas de juro 10 anos



Fonte: Bloomberg

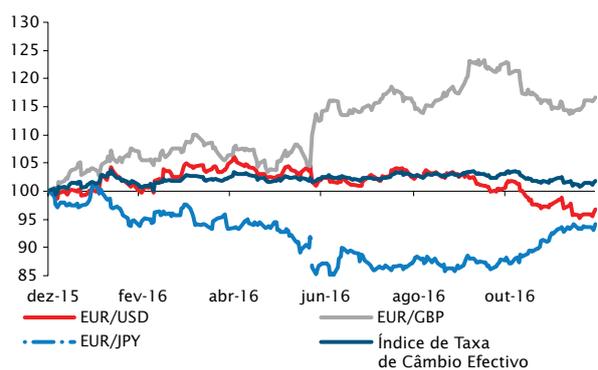
Estes fatores levaram a que, no final do ano, e mesmo no contexto de subida das taxas de juro na Alemanha, os *spreads* de crédito tivessem alargado. Portugal, contudo, registou um agravamento mais pronunciado, para níveis em redor de 350pb no final do ano, um agravamento face aos cerca de 200pb observados no início do ano. Apesar da progressiva redução do défice orçamental, a perceção de risco permaneceu sempre elevada, seja por receios de contágio da envolvente externa, seja por receios de que a notação de risco da República pudesse ser revista em baixa, o que não ocorreu.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Principais taxas de câmbio (dez.2015 =100)

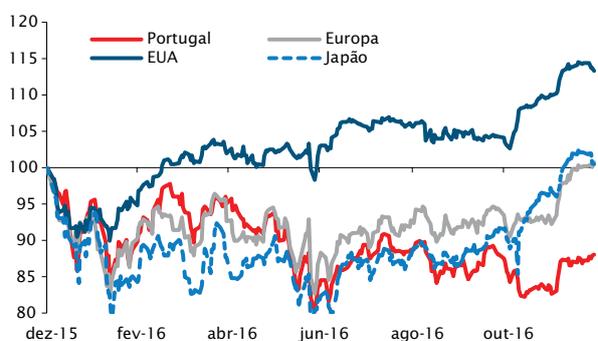


Fonte: BCE

No mercado cambial, destacou-se a depreciação do euro, acentuada pelas revisões de política pelo BCE. No final do ano, e após as eleições presidenciais nos EUA, o euro testou mínimos desde 2002 face ao dólar, próximo dos 1,03 dólares por euro.

A libra esterlina, contudo, de entre as principais taxas de câmbio, foi a moeda que mais desvalorizou, devido à materialização do cenário de *Brexit*. Efetivamente, após o referendo, a libra depreciou até 0,94 libras por euro, o nível mais fraco face ao euro desde 2009. Contudo, a maior depreciação ocorreu face ao dólar, com a libra a cair para 1,2 dólares, o nível mais fraco em mais de três décadas.

Mercados acionistas (dez.2015 =100)



Fonte: Bloomberg

A evolução dos mercados acionistas caracterizou-se por um sentimento globalmente negativo, salvo raras exceções, durante a maior parte do ano. Ainda assim, a generalidade dos índices recuperou das perdas acumuladas, encerrando o ano em linha ou acima dos níveis de fecho em 2015, quando a incerteza quanto ao ritmo de crescimento na China atingiu o seu pico.

Nos EUA, os mercados acionistas entraram em terreno positivo no segundo trimestre do ano, fruto de dados económicos sustentados e da manutenção das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e viriam a registar uma mais forte apreciação já no quarto trimestre do ano, após a eleição de Donald Trump como 45.º Presidente dos EUA, em antecipação às medidas expansionistas (programa de infraestruturas e redução dos impostos sobre o rendimento) anunciadas durante a campanha eleitoral.

Na Europa, o sentimento permaneceu negativo, fruto também do resultado do *Brexit* e os receios quanto aos potenciais impactos adversos sobre as economias europeias, assim como das perspetivas de necessidade de recapitalização dos bancos europeus, em especial os italianos. Os mercados recuperaram no final do ano, apoiados por dados económicos mais favoráveis, bem como pelos efeitos de contágio oriundos dos EUA.

Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma desvalorização de cerca de 12%, muito influenciada pela dinâmica do setor bancário, quer no contexto europeu de recapitalização do setor e de gestão de ativos não produtivos, em especial créditos *non-performing* (na aceção da Autoridade Bancária Europeia – EBA), quer no quadro específico do setor nacional, com reorganizações acionistas e pagamentos de ajudas de Estado.

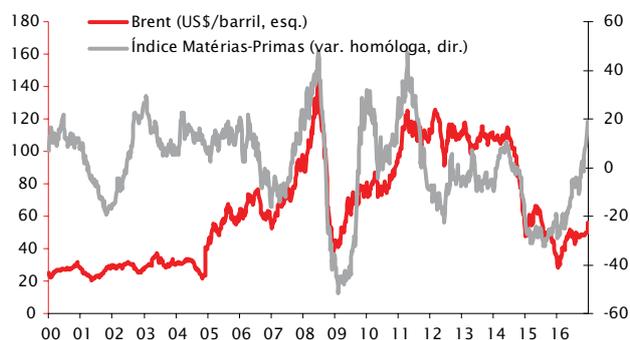
Os dados económicos mais favoráveis, em especial nos últimos meses do ano, e as expectativas de políticas expansionistas (monetária na Europa e Ásia, fiscal nos EUA, por exemplo), contribuíram para uma valorização das principais matérias-primas, com especial destaque para o crude.

O preço do petróleo valorizou mais de 50%, para cerca de 56 dólares por barril, face a cerca de 35 dólares no final de 2015. Esta evolução foi influenciada, também, pelo acordo entre os produtores de petróleo para uma redução da produção, já no último trimestre do ano.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, que começou o ano em redor de 1062 dólares por onça, valorizou continuamente até ao verão, quando atingiu os 1375 dólares, no quadro de incerteza global. Contudo, no final do ano, a redução da aversão a risco refletiu-se numa depreciação do ouro, que fechou 2016 nos 1123 dólares.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

O PIB cresceu 1,4% em 2016, beneficiando de uma aceleração da atividade económica já no segundo semestre do ano, que assim compensou a desaceleração iniciada em 2015 e que se estendeu pela primeira metade do ano. Contudo, a economia desacelerou face aos 1,6% observados em 2015.

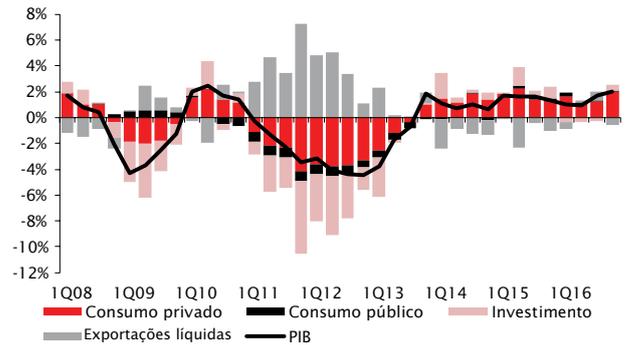
DADOS MACROECONÓMICOS	2014	2015	2016
PIB	0,9	1,6	1,4
Consumo privado	2,3	2,6	2,3
Consumo público	-0,5	0,8	0,8
Investimento	5,1	4,6	-0,9
Exportações	4,3	6,1	4,4
Importações	7,8	8,2	4,4
Inflação média	-0,3	0,5	0,6
Desemprego	13,9	12,4	11,1
Saldo orçamental (% do PIB)	-3,6	-3,0	-2,1
Dívida pública (% do PIB)	130,6	129,0	130,5
Bal. corrente e capital (% do PIB)	1,5	1,7	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

No primeiro semestre, o PIB cresceu a um ritmo trimestral anualizado de 1%, com a taxa homóloga a desacelerar para 0,9% nesse período. Este abrandamento foi mais marcado ao nível do investimento e das exportações, associado também ao aumento da incerteza global que caracterizou a economia mundial durante este período.

A desaceleração do investimento, prolongando uma tendência que já vinha de 2015, foi ampliada por condições climatéricas adversas que afetaram o setor da construção. Também o investimento em máquinas e equipamentos registou uma trajetória de abrandamento, com as empresas a adiarem projetos de expansão da capacidade, fruto dos sinais de desaceleração da procura externa e de níveis de utilização da capacidade instalada abaixo da média histórica.

Contributos para o crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

Contudo, esta moderação do investimento não terá sido uniforme entre setores, com um reforço da despesa de capital nos setores de refinação de petróleo e automóvel (este, em preparação para a produção de um novo modelo automóvel a lançar em 2017, na AutoEuropa). O maior volume de investimento por estes setores de atividade foi anulado pela prática estagnação do investimento em construção residencial e pela forte retração do investimento público.

As exportações desaceleraram durante todo o primeiro semestre do ano, sendo especialmente afetadas por três fatores, dois dos quais relacionados com o acima mencionado relativo ao investimento. São os casos do encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, e que afetou as exportações de produtos energéticos, e a redução das exportações de material de transporte, devido à mencionada substituição de modelos automóveis produzidos na AutoEuropa, que se refletiu também nas dinâmicas de exportações para a Alemanha e China. O terceiro fator prende-se com a mais significativa redução das exportações para Angola, cuja economia atravessou um processo de ajustamento económico provocado pela descida do preço do petróleo. Em 2016, as exportações para Angola representaram menos de 4% do total, face aos cerca de 7% observados em anos transatos.

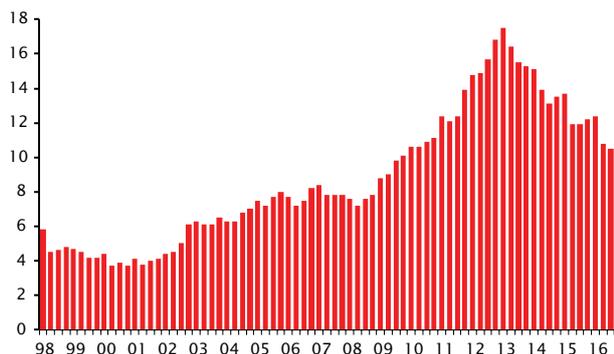
No decurso do segundo semestre, e em especial no final do ano, assistiu-se, em sintonia com a recuperação da economia global, a uma reaceleração das exportações.

O consumo privado manteve um crescimento sustentado, embora abaixo do observado em 2015, e apesar de um impulso no primeiro trimestre, associado, por um lado, à reposição de rendimentos na Função Pública (que foi efetuada de modo gradual ao longo do ano, sendo os salários repostos ao nível de 2011 no final do ano), e, por outro, ao aumento da despesa de consumo em bens duradouros, em especial automóveis, devido à antecipação da aquisição de viaturas fruto das alterações fiscais constantes do Orçamento do Estado para 2016, que entrou em vigor em Abril.

A descida do desemprego para 10,5% no segundo semestre do ano (11,1% em média anual), contribuiu também para suportar a dinâmica do consumo privado.

A balança corrente e de capital manteve um saldo excedentário, na ordem de 1,7% do PIB, em linha com o observado no ano transato, com o saldo da balança de serviços a compensar a desaceleração ligeira das exportações de bens, assim como pelo agravamento ligeiro do défice da balança de rendimentos (em linha com a subida das taxas de juro da dívida portuguesa).

Taxa de desemprego (%)

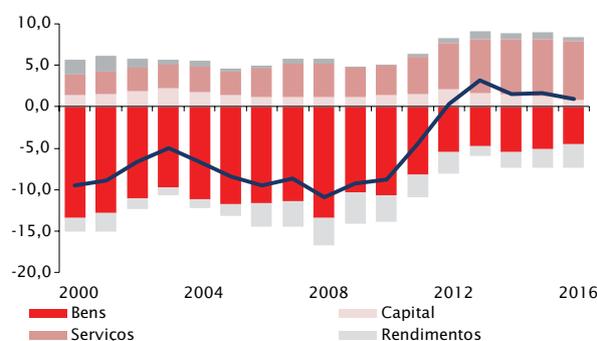


Fonte: INE

A posição de investimento internacional continuou a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para cerca de 103% do PIB, uma redução de cerca de 6pp face a 2015.

A execução orçamental de 2016, na ótica da contabilidade nacional, terá registado um défice de 2,1% do PIB, abaixo dos 2,5% acordados com a Comissão Europeia e dos 2,2% constantes do Orçamento do Estado. A execução orçamental esteve impactada por fatores pontuais, entre os quais as receitas do PERES – programa de regularização de pagamentos ao Estado, bem como por reduções da despesa corrente primária e de investimento, para compensar um menor crescimento da receita fiscal e o aumento da despesa com pessoal.

Balança corrente e de capital (% PIB)

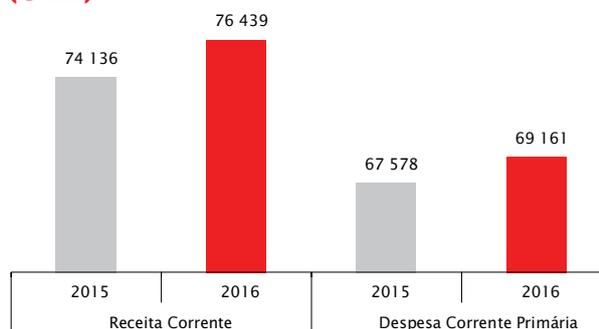


Fonte: Banco de Portugal, INE

A receita fiscal, para o conjunto das Administrações Públicas, cresceu 2,4% em 2016, sendo que a receita de impostos diretos contraiu 2,1%, devido à redução da sobretaxa em sede de IRS, e apesar da recuperação da receita de IRC, no âmbito do PERES. Ao nível dos impostos indiretos, a receita subiu 6,6%, beneficiando da dinâmica do ISP, já que a receita de IVA cresceu de forma mais moderada.

A despesa corrente primária cresceu 2,3%, com o aumento dos encargos com pessoal (+3,1%) a serem compensados por um maior controlo da despesa com outros bens e serviços (+0,7%), e, ao nível da despesa total, pela redução da despesa de capital (-5,2%).

Receita corrente e despesa corrente primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República permaneceu inalterada, com as principais agências a reafirmarem as notações de risco, de *speculative grade* pela S&P Global, Moody's e Fitch, e de *investment grade*, pela DBRS.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e focou na diversificação das fontes de financiamento, com o lançamento de um novo produto de retalho, as Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável – OTRV, com uma remuneração correspondente à taxa Euribor 6 meses adicionada de um *spread* de 2,05%. Durante o ano, o Tesouro emitiu 3,5 mil milhões de euros neste produto, a que acresceram 3,5 mil milhões em Certificados do Tesouro e de Aforro, embora nos últimos meses do ano, e fruto da menor remuneração, tivesse havido já resgates líquidos de Certificados de Aforro. O Tesouro amortizou, também, uma nova tranche dos empréstimos do FMI, no montante de 4,5 mil milhões de euros.

O setor financeiro português, em 2016, prosseguiu os vários processos de reestruturação, incluindo recapitalização e redefinição da estrutura acionista por parte de algumas instituições. No final do ano, o Banco de Portugal comunicou que o Fundo de Resolução iria prosseguir as negociações para a venda do Novo Banco. Em setembro de 2016, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o setor tinha um rácio CET1 de 12,3%.

A evolução dos volumes de crédito caracterizou-se, um ano mais, pelo aumento dos volumes de nova produção, ao nível do crédito a particulares, mas em simultâneo pela continuação da redução do *stock* de crédito. Esta dinâmica é habitual em períodos de reestruturação, enquadrada também no processo de desalavancagem pelo setor privado da economia. O rácio crédito/depósitos reduziu-se para 101,1%, em setembro.

A nova produção de crédito hipotecário aumentou 44% face ao ano transato, embora o *stock* de crédito hipotecário se tenha reduzido em cerca de 3%. O crédito ao consumo e outros fins registou um crescimento de quase 8% ao nível da nova produção, e um crescimento de 6% em termos de *stock*. O crédito a empresas, contudo, e no contexto de reduzido investimento, registou uma redução de 12% ao nível da nova produção, e de 6% em termos de *stock*. Houve, a este nível, também um aumento do ritmo de *write-offs*, que contribuiu para a redução da carteira de crédito.

Mercado de Seguros em Portugal

A crise que nos últimos anos tem atingido o setor financeiro afeta naturalmente o setor segurador. Contudo, este continua a revelar-se robusto e solvente, cumprindo com as suas responsabilidades perante os tomadores de seguros, os beneficiários e os terceiros lesados.

No ano de 2016, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 10,8 mil milhões de euros. Porém, este valor representou um decréscimo de 14,4% face ao valor do ano anterior.

Esta evolução é explicada principalmente pela queda de produção do ramo vida que viu o seu volume diminuir 23,3%, tendência que já se tinha verificado no ano anterior. Inversamente, os ramos não vida apresentaram um acréscimo de produção de 4,9% face a 2015.

A quebra de produção do ramo vida decorreu principalmente do decréscimo das contribuições para seguros de poupança, em resultado das baixas taxas de juro e de uma menor propensão à poupança.

Este comportamento verificou-se apenas no canal bancário que registou uma variação de -29,6% face ao período homólogo. Enquanto, nos restantes canais de distribuição constatou-se um aumento de 8,4%. Posto isto, o peso do canal bancário no total dos prémios emitidos relativos à produção vida estabeleceu-se nos 75% (82% no ano de 2015).

Por sua vez, no que diz respeito aos seguros dos ramos Não Vida, a produção por canal de distribuição tem uma estrutura inversa, sendo o peso do canal bancário significativamente inferior (17% do total dos prémios emitidos) ao peso dos restantes canais de distribuição. Em termos evolutivos, ambas as categorias registaram variações positivas dos prémios, os restantes canais de distribuição aumentaram 6% e o canal bancário apenas verificou um aumento de 5,3%, relativamente ao ano de 2015.

Milhares de euros					
PRODUÇÃO DE SEGURO DIRETO EM PORTUGAL POR RAMOS	2013	2014	2015	2016*	△
Vida	9 248 442	10 439 186	8 670 933	6 648 371	-23,3%
Seguro de vida	7 313 883	8 401 300	6 522 123	4 989 389	-23,5%
Seguros ligados a fundos de investimento	1 930 232	2 030 698	2 148 113	1 658 980	-22,8%
Operações de capitalização	4 328	7 188	697	2	-99,7%
Não Vida	3 855 467	3 848 657	3 993 198	4 190 232	4,9%
Acidentes e doença	1 232 461	1 259 356	1 354 055	1 482 112	9,5%
Acidentes de trabalho	511 158	515 942	555 938	623 958	12,2%
Doença	570 554	589 169	633 138	693 680	9,6%
Acidentes (outros)	150 749	154 245	164 979	164 474	-0,3%
Incêndio e outros danos	760 331	751 384	763 772	776 268	1,6%
Automóvel	1 478 230	1 448 547	1 470 746	1 522 071	3,5%
Marítimo e transportes	31 611	28 352	25 014	24 433	-2,3%
Aéreo	7 326	5 968	6 850	6 334	-7,5%
Mercadorias transportadas	24 677	23 533	22 645	21 439	-5,3%
Responsabilidade civil geral	106 324	108 060	112 420	114 994	2,3%
Diversos	214 508	223 457	237 696	242 581	2,1%
Total	13 103 909	14 287 843	12 664 131	10 838 603	-14,4%

Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço
* valores provisórios

Fonte: ASF

No que concerne aos ramos Não Vida há a destacar o ramo de Acidentes e Doença, em especial os ramos de Acidentes de Trabalho e Doença, que registam aumentos de 12,2% e 9,6% respetivamente, face ao ano de 2015. Também moderadamente cresceu o ramo Automóvel, o maior do segmento Não Vida, que registou um crescimento de 3,5%.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa destacar os desafios que este setor enfrentou e continuará a enfrentar na área prudencial. Tais desafios tornaram-se evidentes durante o ano de 2016, no qual assumiu particular relevância o início do regime Solvência II, através da aprovação e publicação da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Com a introdução deste regime, o processo de supervisão será conduzido de uma forma prospetiva, e não apenas reativa, e tendo em conta a aplicação do princípio da proporcionalidade.

As vantagens do novo regime são evidentes para as seguradoras, que irão beneficiar de um quadro legal atualizado e detalhado que regula as suas atividades e fixa uma correspondência muito mais próxima entre os fundos próprios e os riscos que assumem na sua atividade. A harmonização à escala europeia do novo regime traz benefícios acrescidos na comparabilidade entre mercados e operadores.

Em matéria de requisitos quantitativos, a entrada em vigor das novas regras vem revolucionar a forma como a gestão dos riscos e do capital é prosseguida. Os requisitos de capital passam a considerar todos os riscos materiais a que cada seguradora estiver exposta, incentivando a que todas as decisões estratégicas e de gestão tomadas considerem os riscos presentes no balanço.

Adicionalmente, o regime de Solvência II estabelece dois patamares de exigências de capital. O Requisito de Capital de Solvência (SCR), calculado de uma forma detalhada, abrange todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito das contrapartes, específicos de seguros e operacionais. Por sua vez, o Requisito de Capital Mínimo (MCR) estabelece um nível de alerta superior, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades inscritas nas provisões técnicas.

A legislação aprovada reforça também as exigências em matéria de governo corporativo das empresas de seguros. São incluídas normas específicas sobre a idoneidade e aptidão daqueles que administram efetivamente a seguradora e dos responsáveis pelas funções chave, designadamente as de gestão de riscos, atuarial, de *compliance*, e de auditoria interna.

A autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) é também um elemento importante do novo regime de Solvência II, enquadrando-se no âmbito do sistema de gestão de riscos das seguradoras. Traduz-se essencialmente, num exercício que integra as especificidades da própria empresa, do negócio e dos seus riscos.

Com o novo regime jurídico também melhoram e são unificados os formatos de divulgação de informação ao público e de reporte das seguradoras ao supervisor, promovendo a transparência relativamente à sua situação financeira e de solvência e fomentando a disciplina de mercado. Em paralelo aos relatórios e contas estatutários, são preparados relatórios públicos de cariz prudencial.

ANÁLISE DE GESTÃO

Sistemas de Informação

Os sistemas de informação assumem uma importância significativa em qualquer organização. Um dos seus grandes desafios é assegurar requisitos de qualidade, disponibilidade, adequação e exatidão, imprescindível para o desenvolvimento do negócio.

Destacam-se como principais linhas de ação em 2016 os seguintes pontos:

- ▷ Desenvolvimento e implementação de uma plataforma tecnológica que passará a ser o suporte de toda a atividade;
- ▷ Implementação de uma melhoria significativa nos processos de contratação de produtos, e na forma de 'relacionamento' entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia. Esta implementação visa também uma melhoria significativa nos processos internos da companhia;
- ▷ Efetuado um *upgrade* ao *package* do sistema *core* da companhia, dotando o mesmo com uma versão apta para implementação de necessidades regulamentares ou de negócio;
- ▷ Otimização da solução de Gestão Documental com a migração do sistema para uma plataforma que oferece maior robustez e com uma melhor integração com o sistema de informação da Companhia;
- ▷ Teste de recuperação de sistemas, *disaster recover*, assegurando a continuidade da operacionalidade dos sistemas e aplicações no caso de ocorrência de um evento com impacto tecnológico.

De referir ainda que, suportada em prestadores de serviços externos, a Companhia dispõe de ferramentas que garantem a segurança dos dados, o controlo de acessos, a integridade e a capacidade de reconstituição das bases de dados.

As componentes de segurança de tecnologia assentam numa estrutura de firewalls, sistemas de deteção e proteção de intrusão, sistemas de antivírus e filtros de conteúdos e de acessos suportados em tecnologias adequadas.

Relativamente à segurança física dos dados, esta está assegurada, em primeiro nível através da existência de dois centros de processamento de dados (CPD) – um primário e outro secundário – com replicação de dados em permanência do centro primário para o centro secundário e, em segundo nível, pelos respetivos *backups* de dados.

Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

As empresas devem conhecer os riscos que ameaçam o seu negócio de modo a implementar sistemas de gestão de risco e controlo interno adequados que atenuem ou eliminem esses riscos ou que impeçam a concretização das metas e objetivos definidos. Sistemas de gestão de risco e controlo interno eficazes são determinantes para proteger e fortalecer as organizações e prevenir ou diminuir o impacto negativo de eventos futuros.

Os mecanismos de controlo interno desenvolvidos contribuem para uma melhor identificação dos riscos decorrentes de falhas operacionais. As atividades de controlo são constituídas por políticas, procedimentos e práticas desenvolvidas para direcionar especificamente cada controlo a fim de atenuar os riscos previamente identificados e que afetam, de alguma forma, o cumprimento dos objetivos definidos pela Companhia. Este sistema permite a identificação de deficiências minimizando-as ou, se possível, eliminando-as, contribuindo para uma melhoria dos procedimentos que consequentemente terão reflexo no perfil de risco da Companhia e na sua gestão.

A auditoria interna assume aqui um papel importante no sentido de avaliar a adequação e eficácia dos controlos, promovendo a melhoria contínua dos processos e auxiliando a organização na criação de valor para os seus Acionistas.

A entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2016, do novo regime de Solvência II implicou um natural reforço do sistema de gestão de risco e controlo interno da Aegon Santander Portugal Vida. Neste sentido, desenvolveu um conjunto de atividades essencialmente relacionadas com a definição e monitorização de políticas de risco e modelo de governação e a implementação de processos de identificação, quantificação e mitigação do risco e de melhorias na gestão do risco operacional e do controlo interno.

Os requisitos de capital passaram a considerar todos os riscos materiais a que a Companhia está exposta, de modo a que todas as decisões estratégicas e de gestão tomadas considerem estes riscos.

Relativamente a todo o processo de cálculo e reporte exigido pelo novo regime, a Companhia desenvolveu melhorias ao nível dos dados e das hipóteses subjacentes ao cálculo e também ao nível do processo de validação e de documentação. Cumpriu o plano e prazos definidos, garantindo a qualidade da informação e dos resultados.

Neste âmbito, importa referir que os resultados do processo de certificação do reporte de abertura de Solvência II, com referência a 1 de janeiro de 2016, efetuado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável, revelaram-se positivos.

No ano de 2016 a Companhia efetuou e reportou ao supervisor o exercício *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o seu perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos mas plausíveis.

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA	2016	2015
Posição financeira		
Ativo líquido	87,7	85,9
Passivo	63,8	66,3
Capitais próprios	23,9	19,6
Resultado líquido	4,9	3,0
Atividade seguradora		
Prémios brutos emitidos	57,5	53,7
Custos com sinistros de seguro direto	(7,3)	(4,9)
Custos de aquisição	(33,2)	(31,1)
Saldo de resseguro	(4,9)	(5,4)
Resultados dos investimentos	0,3	0,2
Número de apólices em vigor	314 302	268 380
Quota de mercado (segmento vida risco, distribuído através da rede bancária)	8,9%	8,2%
Outras variáveis e rácios		
Número de colaboradores (em 31 de dezembro) (*)	32	25
Prémios emitidos / Número de colaboradores	1,8	2,1
Resultado líquido / Número de colaboradores	0,2	0,1
Resultado líquido / Prémios emitidos	9%	6%

(*) inclui Administrador Delegado

Gestão de Ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por sectores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

	Milhões de euros	
ATIVOS FINANCEIROS	2016	2015
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3,4	9,7
Ativos disponíveis para venda		
Títulos de dívida pública	15,4	13,7
De outros emissores públicos	4,8	4,8
De outros emissores	37,9	30,4
Total	61,5	58,5

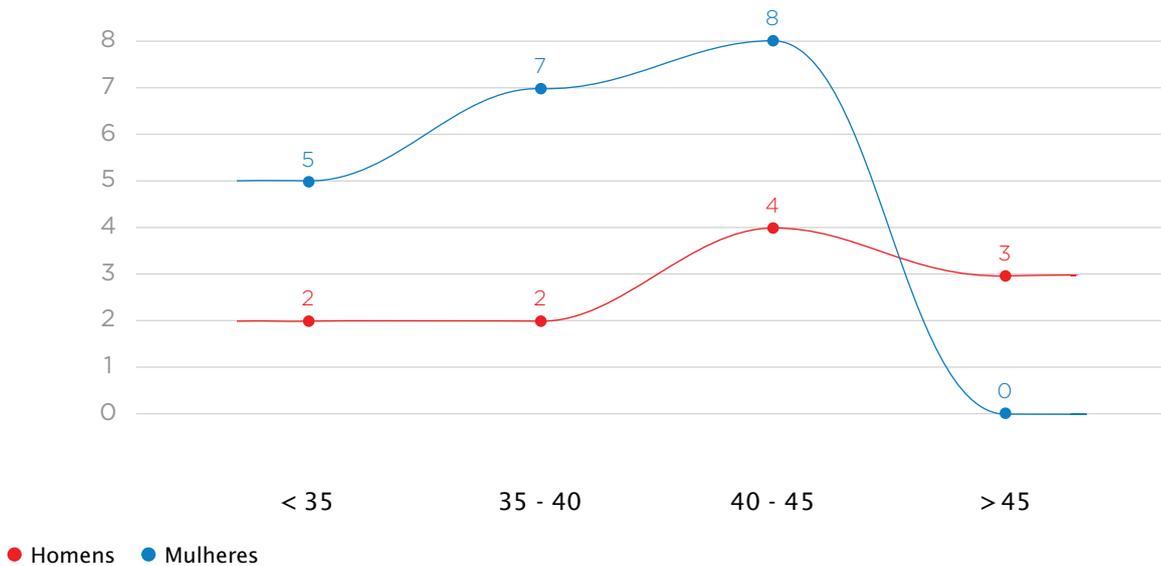
Em 2016 e 2015, os rendimentos obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 366 milhares de euros (2015: 175 milhares de euros).

Custos e Gastos por Natureza a Imputar

Em 2016 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 6,7 milhões de euros (2015: 6,6 milhões de euros), assumindo-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis como as rubricas mais relevantes, como segue:

	Milhões de euros	
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2016	2015
Gastos com o pessoal	1,1	1,2
Fornecimentos e serviços externos	3,4	3,0
Impostos e taxas	0,0	0,0
Depreciações e amortizações do exercício	1,9	2,1
Juros suportados	0,1	0,2
Comissões	0,2	0,2
Total	6,7	6,6

Estrutura de colaboradores



Recursos Humanos e Formação

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, que partilha estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, conta com 31 colaboradores (excluindo Órgãos Sociais).

Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 39 anos, sendo 65% mulheres e 35% homens.

A estratégia de negócio definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Dado seguimento às políticas definidas no início da atividade, a Companhia privilegiou o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e geriu a sua política de admissão de novos colaboradores em função das necessidades de otimização do nível de serviço prestado aos clientes e rede de distribuição.

O investimento no desenvolvimento dos colaboradores materializou-se, em 2016, com cerca de 1400 horas de formação, abrangendo a totalidade dos colaboradores, diversos domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas. O número médio de horas de formação por colaborador foi de 45 horas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos colaboradores.

Confirmando a adequacidade das políticas de recursos humanos definidas pela Companhia, em novembro de 2016, a Aegon Santander Portugal foi distinguida, pela revista *Exame*, como uma das 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal. Este prémio foi obtido entre as muitas empresas avaliadas, mais de 40 000 colaboradores, pertencentes aos mais diversos sectores de atividade económica.

Atividade Comercial

No ano de 2014, foi transferida para a Aegon Santander Portugal Vida a carteira de seguros Vida Risco correspondente às apólices de seguros Vida Risco individual da Santander Totta Seguros subscritas a partir de 1 de julho de 2012, através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. em Portugal, bem como os respetivos ativos e passivos associados.

Os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte e de invalidez, incluindo outras coberturas complementares tais como: doenças graves, desemprego, incapacidade temporária, entre outras.

Durante o ano de 2015 houve revisão de alguns produtos de modo a adaptar e a melhorar a oferta e a responder mais assertivamente às necessidades dos clientes do Banco Santander Totta. As soluções implementadas visam também incrementar o nível de fidelização dos clientes, bem como elevar o seu nível de proteção.

Em 2016 deu-se continuidade a estas iniciativas e atuando neste segmento durante o ano de 2016, a Aegon Santander Portugal Vida alcançou uma produção de 57,5 milhões de euros (2015: 53,7 milhões de euros), representando um aumento de 7% face a 2015.

A Companhia encerrou 2016 com 314 302 apólices em vigor e um volume de capitais seguros (risco de morte) superior a 6 647 milhões de euros, representando estes números um crescimento de 17% e 24% respetivamente face a 2015.

A base de clientes e número de pessoas seguras subiram, face a 2015, 19% e 20% respetivamente.

No segmento segurador onde opera – vida risco, distribuído através de canal bancário – em 2016, a Companhia obteve uma quota de mercado de 8,9% (em termos de prémios brutos emitidos), correspondendo a uma subida de 0,7% face a 2015.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 7,3 milhões de euros (2015: 4,9 milhões de euros) representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 12,6% (2015: 9,1%), sendo morte a principal cobertura afetada.

Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2016 o Capital próprio da Companhia totalizava 23,9 milhões de euros (2015: 19,6 milhões de euros), registando-se um incremento de 4,3 milhões de euros face a 2015, como consequência do resultado líquido alcançado no exercício, da variação positiva da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (líquida de impostos) e distribuição de dividendos.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. No decorrer do ano de 2016 a Companhia desenvolveu o processo respeitante à implementação do regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2016. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2016 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2017.

PERSPETIVAS PARA 2017

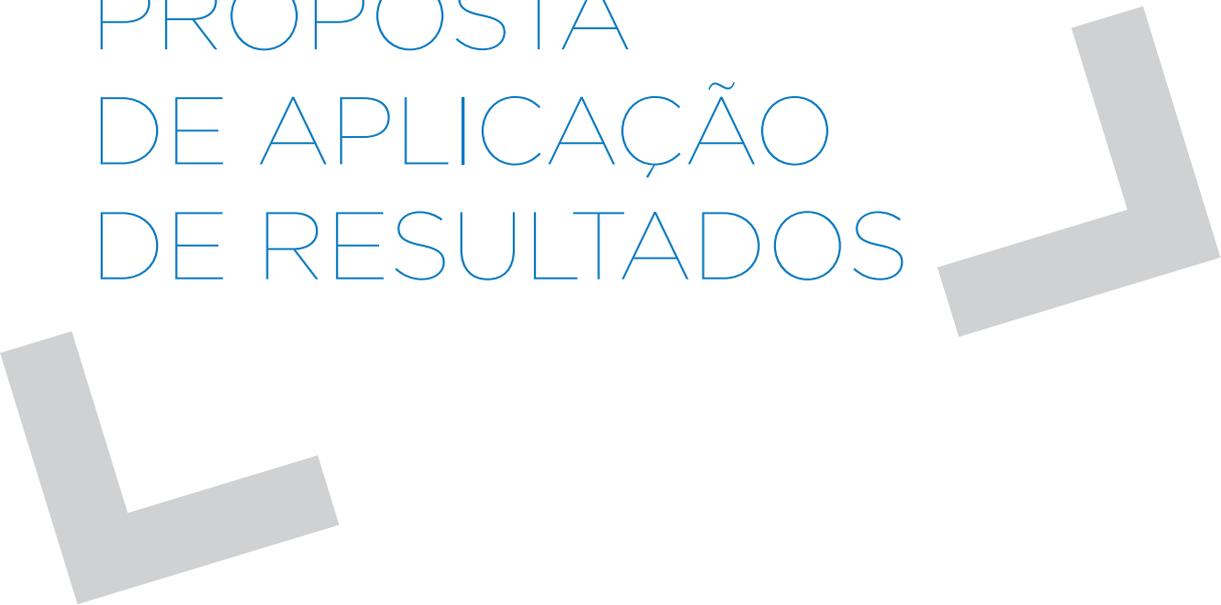


No ano de 2016 a Companhia cumpriu o seu segundo exercício de atividade operacional implementando-se no mercado segurador nacional com uma marca forte, com foco nos clientes, com uma oferta de produtos inovadora, adaptada às suas necessidades de proteção e reconhecida pela sua qualidade de serviço, fatores que estão na origem do seu crescimento significativo face a 2015.

Os objetivos para 2017 focam-se em dar continuidade à estratégia definida, continuando a apostar nas sinergias impostas pelo modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda.

O ano de 2017 será igualmente um ano marcado pela consolidação e rentabilização dos investimentos agora efetuados e pelo desenvolvimento das melhores práticas, dando continuidade ao cumprimento integral aos requisitos impostos pela legislação europeia e em particular ao regime de Solvência II, bem como pela continuação do projeto estratégico de dinamização da nova plataforma tecnológica que passará a ser o suporte de toda a atividade.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Vida, em 2016, é de 4 941 597 euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 494 160 euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 147/2015.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos pelos Acionistas, no montante de 4 447 437 euros, que corresponde a 59% do Capital Social da Companhia.

O Conselho de Administração propõe adicionalmente a distribuição de Resultados transitados, no valor de 1 052 563 euros.

NOTA FINAL

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- ▷ Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- ▷ À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- ▷ Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- ▷ Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- ▷ Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- ▷ Aos nossos resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- ▷ Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- ▷ E aos colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 10 de março de 2017

O Conselho de Administração



02

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
E ANEXOS

Euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 1.ª PARTE	Notas	2016		2015	
		Técnica Vida	Não Técnica		Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	47 937 544	-	47 937 544	43 421 094
Prémios brutos emitidos		57 509 832	-	57 509 832	53 735 469
Prémios de resseguro cedido		(9 572 288)	-	(9 572 288)	(10 314 375)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	-	-	-
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(4 767 191)	-	(4 767 191)	(3 072 466)
Montantes pagos		(2 323 388)	-	(2 323 388)	(1 096 314)
Montantes brutos		(4 160 932)	-	(4 160 932)	(1 981 516)
Parte dos resseguradores		1 837 544	-	1 837 544	885 202
Provisão para sinistros (variação)		(2 443 802)	-	(2 443 802)	(1 976 152)
Montante bruto		(3 094 887)	-	(3 094 887)	(2 900 113)
Parte dos resseguradores		651 085	-	651 085	923 961
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	7	(9 038 545)	-	(9 038 545)	(12 468 920)
Montante bruto		(7 105 212)	-	(7 105 212)	(12 458 434)
Parte dos resseguradores		(1 933 333)	-	(1 933 333)	(10 486)
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(27 952 634)	-	(27 952 634)	(23 845 552)
Custos de aquisição		(33 234 095)	-	(33 234 095)	(31 088 583)
Custos de aquisição diferidos (variação)		5 848 001	-	5 848 001	8 285 678
Gastos administrativos		(4 646 023)	-	(4 646 023)	(4 199 177)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		4 079 483	-	4 079 483	3 156 529
Rendimentos	9	1 136 569	-	1 136 569	742 883
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1 136 569	-	1 136 569	742 883
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Gastos financeiros	10	(793 346)	-	(793 346)	(532 782)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(774 476)	-	(774 476)	(515 824)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(18 870)	-	(18 870)	(16 958)

Euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 2.ª PARTE	Notas	2016		Total	2015
		Técnica Vida	Não Técnica		
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	13	3 631	-	3 631	(51 822)
De ativos disponíveis para venda		3 631	-	3 631	(51 822)
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	14	-	17 488	17 488	(110 245)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	17 488	17 488	(110 245)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(438)	-	(438)	(29 299)
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos		-	55 418	55 418	-
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		6 525 591	72 906	6 598 496	4 052 891
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	21	-	-	(1 663 255)	(1 017 956)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	21	-	-	6 356	2 078
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	4 941 597	3 037 013

Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 ATIVO - 1.ª PARTE	Notas	2016		Valor Líquido	2015
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15	3 385 369	-	3 385 369	9 653 704
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	-	100	100
Valorizados ao custo		100	-	100	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	16	58 140 090	-	58 140 090	48 888 565
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		58 140 090	-	58 140 090	48 888 565
Outros		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-

Euros

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 ATIVO - 2.ª PARTE	Notas	2016		Valor Líquido	2015
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	17	195 045	68 605	126 440	127 364
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	18	13 603 886	3 904 870	9 699 016	10 114 685
Provisões técnicas de resseguro cedido	19	15 145 147	-	15 145 147	16 191 198
Provisão matemática		12 832 953	-	12 832 953	15 020 941
Provisão para sinistros		1 575 045	-	1 575 045	923 961
Provisão para participação nos resultados		737 149	-	737 149	246 297
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-	-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20	1 282 146	92 682	1 189 465	816 260
Contas a receber por operações de seguro direto		767 169	92 682	674 487	714 193
Contas a receber por operações de resseguro		-	-	-	-
Contas a receber por outras operações		514 978	-	514 978	102 067
Ativos por impostos e taxas	21	-	-	-	74 962
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	74 962
Acréscimos e diferimentos	22	24 933	-	24 933	48 988
Outros elementos do ativo		5 404	-	5 404	2 051
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		91 782 119	4 066 156 87 715 963	85 917 877	

Euros

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO - 1.ª PARTE**

Notas

2016

2015

PASSIVO

Provisões técnicas	19	45 496 620	41 144 522
Provisão matemática		39 501 620	38 244 410
Provisão para sinistros		5 995 000	2 900 113
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para participação nos resultados a atribuir		-	-
Provisão para participação nos resultados atribuída		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-
Provisão para riscos em curso		-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Valorizados ao custo amortizado		-	-
Outros passivos financeiros	23	11 192 019	13 142 900
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		11 192 019	13 142 900
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	24	4 404 481	9 732 157
Contas a pagar por operações de seguro direto		2 603 373	6 886 734
Contas a pagar por operações de resseguro		1 800 125	2 375 644
Contas a pagar por outras operações		983	469 779
Passivos por impostos e taxas	21	1 208 480	1 217 743
Passivos por impostos (e taxas) correntes		1 033 782	1 217 743
Passivos por impostos diferidos		174 698	-
Acréscimos e diferimentos	22	1 480 452	1 074 341
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		63 782 052	66 311 664

Euros

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA,
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO - 2.ª PARTE**

	Notas	2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	7 500 000	7 500 000
Dividendo antecipado		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	25	738 433	(303 684)
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		738 433	(303 684)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	25	(183 131)	72 884
Outras reservas	25	9 603 701	9 300 000
Reserva legal		303 701	-
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		9 300 000	9 300 000
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		1 333 311	-
Resultado do exercício		4 941 597	3 037 013
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		23 933 911	19 606 213
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		87 715 963	85 917 877

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total Capital Próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2015	7 500 000	(303 684)	72 884	9 300 000		- 3 037 013	19 606 213
Aplicação de resultados	-	-	-	303 701	1 333 311	(1 637 013)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(1 400 000)	(1 400 000)
Outro rendimento integral:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	1 042 117	-	-	-	-	1 042 117
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(256 016)	-	-	-	(256 016)
Total da variação do capital próprio	-	1 042 117	(256 016)	303 701	1 333 311	(3 037 013)	(613 899)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	4 941 597	4 941 597
Capital próprio em 31 de dezembro 2016	7 500 000	738 433	(183 131)	9 603 701	1 333 311	4 941 597	23 933 911

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE VARIÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total Capital Próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2014	7 500 000	-	-	9 300 000	-	-	16 800 000
Outro rendimento integral:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(303 684)	-	-	-	-	(303 684)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	72 884	-	-	-	72 884
Total da variação do capital próprio	-	(303 684)	72 884	-	-	-	(230 800)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	3 037 013	3 037 013
Capital próprio em 31 de dezembro 2015	7 500 000	(303 684)	72 884	9 300 000	-	3 037 013	19 606 213

Euros

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	2016	2015
Resultado líquido do exercício	4 941 597	3 037 013
Outro rendimento integral do exercício		
Ativos que reclassificam por resultados		
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	1 042 117	(303 684)
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	(256 016)	72 884
Rendimento integral total do exercício	5 727 698	2 806 213

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Operações de seguro		
Prêmios de seguro direto	58 978 931	54 385 387
Custos com sinistros de seguro direto	(3 125 075)	(1 341 643)
Comissões por intermediação de seguros	(31 678 424)	(18 831 447)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(7 442 730)	(4 536 937)
Outros fluxos de caixa		
Pagamentos a fornecedores	(7 064 125)	(5 265 625)
Pagamentos ao pessoal	(805 873)	(548 308)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(4 008 284)	(1 787 573)
Outros fluxos de caixas operacionais	(35 534)	54 674
Total	4 818 886	22 128 529
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos financeiros		
(Aquisição) / Alienação e reembolso de títulos	(8 959 235)	(49 880 847)
Rendimentos de títulos	1 115 551	627 959
Outros fluxos		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(1 843 538)	(2 655 393)
Transferência da carteira de seguros vida risco	-	1 332 239
Total	(9 687 222)	(50 576 042)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(1 400 000)	-
Total	(1 400 000)	-
Varição de caixa e equivalentes de caixa	(6 268 335)	(28 447 513)
Caixa e equivalentes e depósitos no início do período	9 653 704	38 101 217
Caixa e equivalentes e depósitos no final do período	3 385 369	9 653 704

Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros de Vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a invalidez da pessoa segura.

Conforme indicado na Nota 25, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se inserem (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 16 800 000 euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7 500 000 euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 euro cada, e o prémio de emissão no montante de 9 300 000 euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia uma carteira de seguros vida risco correspondente às apólices de seguros vida risco individual da Santander Totta Seguros subscritas a partir de 1 de julho de 2012, através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. em Portugal, bem como os respetivos ativos e passivos associados.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o segundo exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas e interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2016

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016:

▷ IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no réditto obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa *holding* intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

▷ Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou

▷ IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

▷ IFRS 15 (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou

Normas

▷ IAS 7 (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IAS 12 (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IAS 40 (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IFRS 2 (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (*cash-settled*) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (*cash-settled*) para liquidado com capital próprio (*equity-settled*). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (*equity-settled*), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IFRS 4 (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ Alterações à IFRS 15, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.

▷ IFRS 16 (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

▷ Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. A Companhia está a avaliar o impacto destas melhorias.

Interpretações

▷ IFRIC 22 (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta interpretação.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia comercializa apenas contratos de seguro Vida Risco, este constitui o seu único segmento.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- ▷ Equipamento administrativo 12,50%
- ▷ Máquinas e ferramentas 20,00%
- ▷ Equipamento informático 33,33%
- ▷ Material de transporte 25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou ainda nesta rubrica o preço de aquisição da carteira de seguros Vida Risco transferida da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A., o qual será amortizado ao longo do período em que se espera que a referida carteira gere benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos financeiros

1) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

Empreendimentos conjuntos

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis.

Atualmente a Companhia apenas detém uma participação de 100 euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).

Ativos financeiros detidos para negociação

Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Bloomberg Generic Price* (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela *Bloomberg*. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo, e
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade utilizado pela Companhia teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto”.

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade.

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de crédito.

h) Capital social

As ações são classificadas como Capital próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

l) Contratos de seguro e contratos de investimento

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afete de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados).

A Companhia apenas comercializa contratos de Seguros de Vida.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

Provisão matemática

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores atuais das responsabilidades da Companhia e os valores atuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos atuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para cada uma das modalidades.

As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95, com taxas técnicas entre os 0% e os 4%, dependendo da tipologia do produto.

A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, procede à zillmerização das provisões matemáticas calculadas para cada contrato até ao limite de 85% dos encargos de aquisição próprios do contrato e ainda não amortizados.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face a gestão de sinistros.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e que correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.

Contas a receber e a pagar de contratos de seguro e de contratos de investimento

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro e de investimento são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós emprego

Em 8 de julho de 2016, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), a 29 de janeiro de 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 4, de 29 de janeiro de 2016. De acordo com o n.º 1 da cláusula 50.ª do CCT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo V do novo CCT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora. Tratando-se de um plano de contribuição definida, os benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados são determinados pelas contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 42.^a do CCT, a Companhia atribuirá aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

Benefícios de saúde

Os colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica “Acréscimos e diferimentos” no passivo da Demonstração da posição financeira.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r) Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais é feita tendo por base a sua substância e não a forma legal, cumprindo-se os critérios definidos na IAS 17 – Locações. A Companhia classifica como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística com a designação de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais são determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, aplicáveis a cada uma das coberturas.

Os pressupostos utilizados baseiam-se na experiência da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem as seguintes categorias: (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados (apenas de resseguro cedido), e (iii) provisão para sinistros.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estime pagar é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro, avaliando periodicamente as suas responsabilidades, tendo em consideração as coberturas de resseguro respetivas previstas nos tratados celebrados.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

d) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

Os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, incluindo outras coberturas complementares.

Nesta base, Vida Risco constitui o seu único segmento, cujos resultados encontram-se apresentados na Conta de ganhos e perdas, sob o título Técnica vida.

Os ativos e passivos são desagregados como segue:

	2016			2015		
	Vida risco	Não alocados	Total	Vida risco	Não alocados	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	3 385 369	3 385 369	-	9 653 704	9 653 704
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	100	100	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	58 140 090	-	58 140 090	48 888 565	-	48 888 565
Outros ativos tangíveis	-	126 440	126 440	-	127 364	127 364
Outros ativos intangíveis	6 368 836	3 330 180	9 699 016	7 625 400	2 489 285	10 114 685
Provisões técnicas de resseguro cedido	15 145 147	-	15 145 147	16 191 198	-	16 191 198
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 189 465	-	1 189 465	816 260	-	816 260
Ativos por impostos e taxas	-	-	-	-	74 962	74 962
Acréscimos e diferimentos	-	24 933	24 933	-	48 988	48 988
Outros elementos do ativo	-	5 404	5 404	-	2 051	2 051
Total de Ativos	80 843 537	6 872 426	87 715 963	73 521 423	12 396 453	85 917 877
Provisões técnicas	45 496 620	-	45 496 620	41 144 522	-	41 144 522
Outros passivos financeiros	11 192 019	-	11 192 019	13 142 900	-	13 142 900
Outros passivos	4 403 498	2 689 915	7 093 413	9 262 379	2 761 863	12 024 242
Outros passivos financeiros	61 092 137	2 689 915	63 782 052	63 549 801	2 761 863	66 311 664

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Prémios brutos emitidos	57 509 832	53 735 469
Prémios de resseguro cedido	(9 572 288)	(10 314 375)
Total	47 937 544	43 421 094

Alguns indicadores relativos aos Seguros de Vida podem ser analisados como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Prémios brutos emitidos de seguro direto	57 509 832	53 735 469
Relativos a contratos individuais	54 003 136	51 066 206
Relativos a contratos de grupo	3 506 696	2 669 263
Periódicos	29 434 609	23 840 582
Não periódicos	28 075 224	29 894 886
De contratos sem participação nos resultados	57 509 832	53 735 469
De contratos com participação nos resultados	-	-
Prémios de resseguro aceite	-	-
Prémios de resseguro cedido	(9 572 288)	(10 314 375)
Saldo de resseguro	(4 937 509)	(5 359 170)

Os prémios de seguro encontram-se calculados em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades. Anualmente, a Companhia procede à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas, verificando a adequação dos prémios praticados, de forma a garantir os compromissos assumidos decorrentes dos sinistros associados aos contratos em causa.

6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Seguro direto	(7 255 819)	(4 881 628)
Montantes pagos		
Prestações	(4 038 329)	(1 831 860)
Custos de gestão de sinistros imputados (Nota 11)	(122 603)	(149 655)
Provisão para sinistros (variação)	(3 094 887)	(2 900 113)
Resseguro cedido	2 488 629	1 809 162
Montantes pagos	1 837 544	885 202
Provisão para sinistros (variação)	651 085	923 961
Total	(4 767 191)	(3 072 466)

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional, calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2016	2015	Notas
Rácio de sinistralidade	12,6%	9,1%	Custos com sinistros de seguro directo / Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	55,7%	50,3%	Custos e gastos de exploração / Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	68,3%	59,4%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0,6%	0,3%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	67,7%	59,1%	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro

A rubrica provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 19.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Custos de aquisição	(31 340 393)	(28 854 879)
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	(1 893 703)	(2 233 704)
Custos de aquisição diferidos	5 848 001	8 285 678
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	(4 646 023)	(4 199 177)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4 079 483	3 156 529
Total	(27 952 634)	(23 845 552)

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.

Os custos de aquisição incluem o montante de 27,4 milhões de euros (2015: 25,6 milhões de euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia.

A rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro, inclui o montante de 737 milhares de euros (2015: 246 milhares de euros) relativo à componente de participação nos resultados. Ver Nota 19.

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2016	2015
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	1 136 569	742 883
Total	1 136 569	742 883

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2016	2015
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	(774 476)	(515 824)
Outros		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	(18 870)	(16 958)
Total	(793 346)	(532 782)

11. Custos por natureza imputados

Os gastos por natureza são imputados por função como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Gastos por função		
Custos com sinistros (Nota 6)	122 603	149 655
Custos de aquisição (Nota 8)	1 893 703	2 233 704
Custos administrativos (Nota 8)	4 646 023	4 199 177
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	18 870	16 958
Total	6 681 198	6 599 495

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	Euros	
	2016	2015
Gastos por natureza		
Gastos com o pessoal	1 086 376	1 167 795
Fornecimentos e serviços externos	3 375 921	3 016 973
Impostos e taxas	27 685	25 873
Depreciações e amortizações do exercício	1 915 130	2 058 345
Juros	118 350	180 330
Comissões	157 737	150 179
Total	6 681 198	6 599 495

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2016	2015
Remunerações		
Dos órgãos sociais	122 055	143 647
Do pessoal	712 025	776 431
Encargos sobre remunerações	138 026	159 460
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	7 261	14 985
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	3 762	9 327
Seguros	22 702	16 345
Outros gastos com pessoal	80 545	47 601
Total	1 086 376	1 167 795

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	Euros	
	2016	2015
Remunerações		
Conselho Fiscal		
Presidente	8 400	8 400
Vogal	5 000	5 000
Vogal	5 000	5 000
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	58 697	70 605
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis (**)	44 958	54 642
Total	122 055	143 647

(*) Inclui estimativas de custos com férias e subsidio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos

(**) Apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., tem ao seu serviço os colaboradores distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro a seguir apresentado:

	Euros	
	2016	2015
Diretor	5	5
Coordenador operacional	2	2
Operacional	15	10
Técnico	9	7
Total	31	24

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Material de escritório	22 493	32 459
Conservação e reparação	6 742	9 559
Rendas e alugueres	104 242	44 929
Comunicação	169 053	155 697
Deslocações e estadas	44 580	34 925
Gastos com trabalho independente	183 988	148 313
Trabalhos especializados	2 824 667	2 572 792
Quotizações (da actividade)	10 036	11 090
Outros fornecimentos e serviços	10 122	7 209
Total	3 375 921	3 016 973

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas são registados na rubrica de Trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 62 milhares de euros (2015: 34 milhares de euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia e ainda serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial exigidos ao Revisor Oficial de Contas (no montante de 50 milhares de euros, dos quais 37 milhares de euros foram faturados em 2016), e ainda o serviço de certificação da informação de abertura respeitante ao primeiro ano de aplicação da Diretiva de Solvência II (12 milhares de euros, valor totalmente faturado em 2016), trabalho exigido ao Revisor Oficial de Contas.

A rubrica de Trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,4 milhões de euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2015: 1,1 milhões de euros). Adicionalmente em 2015, esta rubrica inclui ainda o montante de 347 milhares de euros de serviços relacionados com a adaptação da Companhia ao regime de Solvência II.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico, no montante de 735 milhares de euros (2015: 924 milhares de euros), (ver Nota 26), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

As depreciações e amortizações do exercício são analisadas como segue:

	Euros	
	2016	2015
Ativos tangíveis	44 610	23 995
Ativos intangíveis	1 870 520	2 034 350
Total	1 915 130	2 058 345

Ver Nota 17 e Nota 18.

12. Benefícios a empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE n.º4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2016 ascendeu a 7 milhares de euros (2015: 15 milhares de euros).

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do CCT, a cláusula 42.^a contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2016 ascendeu a 4 milhares de euros (2015: 9 milhares de euros).

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como se segue:

					Euros	
	Ganhos	Perdas	2016	Ganhos	Perdas	2015
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas valor por via de ganhos e perdas						
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	6 665	-	6 665	-	-	-
De outros emissores	-	(3 034)	(3 034)	233	(52 055)	(51 822)
Total	6 665	(3 034)	3 631	233	(52 055)	(51 822)

14. Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

A rubrica de Perdas de imparidade (líquidas de reversão) corresponde maioritariamente ao ajustamento para recibos de prémios de seguros em cobrança. Ver Nota 20.

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Caixa e seus equivalentes	526	82
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	3 384 842	9 653 622
Total	3 385 369	9 653 704

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

16. Ativos disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

	Euros					
	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	14 908 564	419 621	(144 055)	15 184 130	211 059	15 395 189
De outros emissores públicos	4 677 950	107 260	-	4 785 210	18 139	4 803 349
De outros emissores	37 172 290	375 247	(19 640)	37 527 897	413 654	37 941 552
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56 758 805	902 128	(163 695)	57 497 237	642 852	58 140 090

	Euros					
	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	13 327 536	204 198	(31 638)	13 500 096	173 667	13 673 763
De outros emissores públicos	4 725 644	45 661	-	4 771 305	18 089	4 789 394
De outros emissores	30 619 657	6 578	(528 484)	30 097 751	327 656	30 425 407
Saldo em 31 de dezembro de 2015	48 672 836	256 438	(560 122)	48 369 152	519 413	48 888 565

17. Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

	Euros			
	Saldo inicial	Aquisições	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos tangíveis				
Equipamento informático	12 159	18 688	(8 257)	22 590
Material de transporte	115 204	24 999	(36 353)	103 851
Saldo em 31 de dezembro de 2016	127 364	43 687	(44 610)	126 440

	Euros			
	Saldo inicial	Aquisições	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos tangíveis				
Equipamento informático	-	16 363	(4 204)	12 159
Material de transporte	-	134 995	(19 791)	115 204
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	151 358	(23 995)	127 364

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

18. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis					
Transferência da carteira Vida Risco	7 625 400	-	-	(1 256 564)	6 368 836
Despesas com aplicações informáticas	1 457 366	1 454 851	1 031 919	(613 955)	3 330 180
Software em curso de desenvolvimento	1 031 919	-	(1 031 919)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10 114 685	1 454 851	-	(1 870 520)	9 699 016

	Euros				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis					
Transferência da carteira vida risco	9 300 000	-	-	(1 674 600)	7 625 400
Despesas com aplicações informáticas	522 750	1 294 366	-	(359 750)	1 457 366
Software em curso de desenvolvimento	-	1 031 919	-	-	1 031 919
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9 822 750	2 326 285	-	(2 034 350)	10 114 685

O saldo da rubrica Transferência da carteira Vida Risco corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros vida risco anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método *Traditional Embedded Value (value of the in force business)*, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão ao valor recuperável deste ativo, concluindo pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas.

O teste de imparidade foi efetuado com base na expectativa atual dos fluxos de caixa futuros associados às apólices transferidas, considerando pressupostos consistentes com a evolução do portfolio e as condições de mercado atuais.

O saldo remanescente será amortizado como segue:

	Euros					
	2017	2018	2019	2020	2021	Após
Transferência da carteira Vida Risco - amortização estimada	1 083 000	845 000	643 000	625 000	594 000	2 578 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

A rubrica de *Software* em curso de desenvolvimento diz respeito a investimento acumulado efetuado no desenvolvimento de uma nova plataforma informática que visa uma melhoria significativa nos processos de contratação de produtos, e na forma de ‘relacionamento’ entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia.

Esta nova plataforma entrou em funcionamento 2.º semestre de 2016.

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos. Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

19. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Euros					
	Seguro direto	Resseguro cedido	2016	Seguro direto	Resseguro cedido	2015
Provisão matemática do Ramo Vida	39 501 620	(12 832 953)	26 668 668	38 244 410	(15 020 941)	23 223 469
Provisão para sinistros	5 995 000	(1 575 045)	4 419 954	2 900 113	(923 961)	1 976 152
Provisão para participação nos resultados	-	(737 149)	(737 149)	-	(246 297)	(246 297)
Total	45 496 620	(15 145 147)	30 351 473	41 144 522	(16 191 198)	24 953 324

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede à zillmerização das provisões matemáticas em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões matemáticas de seguro direto e resseguro cedido desagregam-se como segue:

	Euros					
	Provisão não zillmerizada	Custos de aquisição diferidos	2016	Provisão não zillmerizada	Custos de aquisição diferidos	2015
Seguro direto	62 204 840	(22 703 220)	39 501 620	55 099 628	(16 855 219)	38 244 409
Resseguro cedido	(17 311 467)	4 478 515	(12 832 953)	(19 244 800)	4 223 860	(15 020 940)
Provisão matemática líquida de resseguro	44 893 373	(18 224 705)	26 668 668	35 854 828	(12 631 359)	23 223 469

A variação da provisão não zillmerizada (seguro direto e resseguro cedido) e custos de aquisição diferidos de seguro direto são registadas nas correspondentes rubricas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido encontra-se incluída na rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 1,5 milhões de euros (2015: 754 milhares de euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

20. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode decompor-se como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto	767 169	824 363
Contas a receber por operações de resseguro	-	-
Contas a receber por outras operações	514 978	102 067
	1 282 146	926 430
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(92 682)	(110 170)
Total	1 189 465	816 260

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado essencialmente o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 765 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de Contas a receber por outras operações inclui o montante de 470 milhares de euros a receber da Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2017.

21. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2016 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, no entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são analisados como se segue:

	Euros					
	Ativos	Passivos	2016	Ativos	Passivos	2015
Impostos correntes						
IRC a pagar	-	726 291	(726 291)	-	1 017 956	(1 017 956)
Retenção de imposto na fonte	-	105 835	(105 835)	-	17 319	(17 319)
IVA a pagar	-	30 947	(30 947)	-	23 472	(23 472)
INEM	-	132 149	(132 149)	-	124 751	(124 751)
Taxa para a ASF	-	14 138	(14 138)	-	13 293	(13 293)
Contribuições para a Segurança Social	-	24 422	(24 422)	-	20 951	(20 951)
Total	-	1 033 782	(1 033 782)	-	1 217 743	(1 217 743)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2016 e 2015, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados da seguinte forma:

	Euros			
	2015	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2016
Ativos / (passivos) por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	72 884	(256 016)	-	(183 131)
Benefícios pós-emprego	2 078	-	6 356	8 433
Total	74 962	(256 016)	6 356	(174 698)

	Euros			
	2014	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2015
Ativos / (passivos) por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	-	72 884	-	72 884
Benefícios pós-emprego	-	-	2 078	2 078
Total	-	72 884	2 078	74 962

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Resultado antes de impostos	6 598 496	4 052 891
Gasto de imposto nominal (24,8%)	(1 637 617)	(988 487)
Gasto de imposto efetivo	(1 656 900)	(1 015 879)
Taxa efetiva de imposto	25.1%	25.1%
Diferença	(19 283)	(27 391)
Tributação autónoma	(53 917)	(39 829)
Benefícios fiscais	17 599	12 001
Outros	17 035	437
Diferença	(19 283)	(27 391)

22. Acréscimos e diferimentos

A rubrica Acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisada como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Ativo		
Gastos diferidos	24 933	48 988
Total	24 933	48 988
Passivo		
Acréscimo de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(340 805)	(311 781)
Outros acréscimos de gastos	(1 139 647)	(762 560)
Total	(1 480 452)	(1 074 341)
Total	(1 455 519)	(1 025 353)

A rubrica de Remunerações e respectivos encargos a liquidar inclui os montantes de 110 milhares de euros (2015: 114 milhares de euros) relativo a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício, bem como 198 milhares euros (2015: 174 milhares de euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui gastos de aquisição no montante de 550 milhares de euros (2015: 484 milhares de euros), bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 304 milhares de euros (2015: 153 milhares de euros) incorridos e ainda não liquidados.

23. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica diz respeito integralmente a depósitos recebidos de resseguradores no âmbito dos tratados de resseguro celebrados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, foi transferida para a Companhia a posição contratual da Santander Totta Seguros nos contratos de resseguro com a General Re, Partner Re, Swiss Re e Munich Re, os quais preveem uma retenção calculada numa base trimestral, do valor correspondente à soma da provisão relativa aos prémios cedidos e não adquiridos. Tal retenção vence juros às taxas de 4% e 1% ao ano, considerando o número de dias efetivos reais (ACT/ACT).

Em 31 de dezembro de 2016, essa retenção ascende a 2,8 milhões euros (2015: 4,6 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2016, este saldo inclui ainda as retenções dos restantes tratados de resseguro, no montante de 8,4 milhões de euros (2015: 8,6 milhões de euros), as quais não vencem juros.

24. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro direto	2 603 373	6 886 734
Contas a pagar por operações de resseguro	1 800 125	2 375 644
Contas a pagar por outras operações	983	469 779
Total	4 404 481	9 732 157

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 2,5 milhões de euros, a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro referentes a Dezembro de 2016, o qual foi integralmente liquidado em janeiro de 2017.

Em 2016, foi alterada a periodicidade de liquidação destas comissões, passando este a ocorrer numa base mensal. Nesta base em 2015, o saldo relativo ao valor de comissões a pagar ao Banco Santander Totta, S.A., no montante de 6,8 milhões de euros era relativo ao último trimestre de 2015, o qual foi integralmente liquidado em janeiro de 2016.

25. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7 500 000 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	Euros	
	2016	2015
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	4 941 597	3 037 013
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
	0,66	0,40

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence aos Acionistas, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	Euros	
	2016	2015
Ativos disponíveis para venda		
Varição de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	275 566	172 560
De outros emissores públicos	107 260	45 661
De outros emissores	355 607	(521 906)
Total	738 433	(303 684)

Ver adicionalmente a Nota 16.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 21.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica de outras reservas ascende a 9,6 milhões de euros (2015: 9,3 milhões de euros), dos quais 9,3 milhões de euros (2015: 9,3 milhões de euros) correspondem ao prémio de emissão (Nota 1) e 304 milhares de euros (2015: 0 euros) a reserva legal. O referido prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela transferência da carteira de apólices de seguro vida risco.

26. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros de Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire ainda alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu, em 2016 e 2015, como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

	Euros					
	2016			2015		
	Proveitos / (custos)	Outros Ativos	Saldos a receber / (a pagar)	Proveitos / (custos)	Outros Ativos	Saldos a receber / (a pagar)
Banco Santander Totta, S.A.						
Comissões de mediação	(27 433 951)	-	(2 477 052)	(25 572 552)	-	(6 755 774)
Depósitos à ordem	-	3 384 842	-	-	9 653 622	-
Rendas de imóveis	(80 208)	-	(77 000)	(38 437)	-	-
Outros	(157 683)	-	-	(150 179)	-	-
ISBAN - Ingenieria de Software Bancario, S.L.						
Suporte tecnológico	(167 393)	-	-	(167 393)	-	(13 949)
Desenvolvimento de <i>software</i>	-	419 906	-	-	435 653	66 298
Produban Servicios Informáticos Generales S.L.						
Serviços informáticos	(352 731)	-	-	(368 211)	-	-
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(735 038)	-	-	(923 632)	-	(86 308)
Suporte tecnológico	(519 471)	-	-	(222 646)	-	(18 554)
Desenvolvimento de <i>software</i>	-	1 035 000	-	-	1 010 000	(37 500)
Santander Totta Seguros, S.A.						
Outras operações	-	-	44 275	-	-	49 700
Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	469 969	-	-	-
Total	(29 446 475)	4 839 749	(2 039 808)	(27 443 050)	11 099 275	(6 796 087)

27. Gestão de Riscos da Atividade

O modelo das três linhas de defesa implementado na Aegon Santander Portugal Vida tem como objetivo implementar uma adequada, eficiente e eficaz gestão dos riscos, promovendo o envolvimento de todas as áreas e estrutura da Companhia na concretização deste objetivo.

A primeira linha de defesa integra as áreas de negócio e operacionais, pois são diretamente responsáveis pelos processos dos quais dependem a concretização dos objetivos da Companhia. Em primeira instância, são responsáveis pela identificação do risco e pela implementação de controlos para mitigar todos os riscos materiais na sua área de atividade que excedam o apetite ao risco definido.

A segunda linha de defesa diz respeito a áreas específicas de gestão de risco, compliance e atuarial, que têm como principais funções facilitar o desenvolvimento de uma *framework* de gestão de risco e monitorizar se os processos estão a ser devidamente operacionalizados pela primeira linha de defesa.

A terceira linha de defesa é assegurada pela função de auditoria interna, que tem como objetivo avaliar a efetividade do modelo de governo, da *framework* de gestão de risco e dos controlos implementados, sendo independente das primeiras linhas de defesa.

Neste contexto, importa referir as principais responsabilidades atribuídas às funções de gestão de risco, atuarial, *compliance* e auditoria interna:

Gestão de risco:

- ▷ Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequadamente fundamentada;
- ▷ Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco (investimentos, subscrição, resseguro, provisionamento, desenvolvimento de produtos e *pricing*, entre outras);
- ▷ Coordenar e validar os requisitos referentes ao pilar 1 da Diretiva de Solvência II, em particular a determinação de requisitos de capital, fundos próprios elegíveis e respetivo rácio de solvência;
- ▷ Validar a produção do reporte quantitativo referente ao regime de Solvência II (*templates* de reporte quantitativo – QRT) e envio ao Supervisor;
- ▷ Produzir relatórios qualitativos no âmbito de Solvência II, designadamente o relatório anual sobre a situação financeira e de solvência – SFCR e reporte regular para o Supervisor – RSR;
- ▷ Acompanhar o trabalho a efetuar pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável no âmbito da certificação do reporte anual de Solvência II;
- ▷ Elaborar o exercício ORSA, submetendo os resultados à aprovação do Conselho de Administração. Redigir o respetivo relatório e enviar ao Supervisor;
- ▷ Promover a definição do apetite ao risco, tolerância e limites de consumo de capital e monitorizar o seu cumprimento;
- ▷ Elaborar, propor e rever a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;
- ▷ Documentar os processos e procedimentos de controlo da Companhia;
- ▷ Analisar os resultados do processo de reporte trimestral de controlo interno, procedendo à emissão de recomendações e monitorizando a sua implementação;
- ▷ Definir e monitorizar indicadores de risco e indicadores de controlo;
- ▷ Colaborar na definição do plano anual de Auditoria Interna e acompanhar os trabalhos facilitando a operacionalização das auditorias junto das outras Direções e monitorizando a implementação de recomendações resultantes do trabalho efetuado;
- ▷ Implementação e monitorização do Plano de Continuidade de Negócio.

Função atuarial:

- ▷ Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- ▷ Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- ▷ Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- ▷ Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- ▷ Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- ▷ Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Compliance:

- ▷ Assessoria do Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- ▷ Avaliação do potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- ▷ Identificação e avaliação do risco de cumprimento;
- ▷ Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- ▷ Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- ▷ Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Auditoria interna:

- ▷ Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- ▷ Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- ▷ Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- ▷ Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

A. Risco específico de seguro

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento em que estes ocorrerão.

Esta categoria de risco é composta por dois conjuntos de riscos: riscos biométricos e riscos não biométricos. O primeiro conjunto integra o risco de mortalidade, longevidade, invalidez e catastrófico, e o segundo é formado pelo risco de despesas e de descontinuidade.

A gestão deste risco é efetuada através da combinação das políticas de subscrição, tarificação, provisionamento e de resseguro com o documento Estratégia e Tolerância ao Risco onde se estabelecem os limites de consumo de capital referente aos diversos riscos.

A Política de Subscrição permite assegurar que a Companhia mantém um perfil de risco de subscrição consistente com o perfil de risco definido pelos seus órgãos de gestão, enquanto a Política de Tarificação e Desenvolvimento de Produtos inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

A adequação da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cashflows* enquanto a rentabilidade de cada produto ou de grupos de produtos é monitorizada anualmente. Existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira, de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia é igualmente considerada.

Por sua vez, a Política de Provisões Técnicas, que tem por objetivo a constituição de provisões adequadas e suficientes que lhe permitam cumprir todas as responsabilidades futuras, inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de reservas relacionadas com o risco específico de seguros.

Assim, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente.

Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos *cashflows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Por último, sendo o principal objetivo do resseguro mitigar e limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro, a Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar os custos resultantes do aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos.

Neste sentido, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores utilizados são os apropriados e para evitar uma excessiva concentração por ressegurador.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro é resumida como se segue:

			Euros	
Nome do tratado	Tipo de tratado	Retenção	Capacidade	
Vida Risco 2015	Proporcional <i>surplus</i>	45 000 €	2 000 000 €	
Vida Risco CAT	Não proporcional <i>excess of loss</i>	135 000 €	10 000 000 €	
Vida Risco 2014	Proporcional <i>quota-share</i>	69%	362 319 €	
Vida Risco 2014 facultativo	Proporcional <i>surplus</i> facultativo	362 319 €	2 500 000 €	
Desemprego	Proporcional <i>quota-share</i>	0%	20 400 €	
Doenças graves	Proporcional <i>quota-share</i>	30%	1 000 000 €	

Os tratados designados Vida Risco 2014 são aplicáveis às apólices adquiridas aquando da constituição da Companhia (emitidas até 31 de dezembro de 2014). Os tratados de desemprego e doenças graves dizem respeito às coberturas complementares integradas nos produtos vida.

Riscos biométricos

O risco de mortalidade está relacionado com o aumento da taxa de mortalidade, que terá um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é monitorizado e mitigado através das políticas de subscrição, da revisão regular das tábuas de mortalidade e do resseguro.

A avaliação da exposição da Companhia a este risco é efetuada através da realização de estudos de mortalidade, nos quais são definidos os pressupostos a utilizar nas projeções de *cashflows* futuros. Os estudos realizados são baseados na observação de dados da carteira e de dados de mercado.

Dependendo da tipologia do produto, as tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95, com taxas técnicas entre os 0% e os 4%.

Por sua vez, considerando o tipo de produtos em carteira, considera-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco de longevidade, que cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes do facto de as pessoas seguras viverem mais anos.

No que diz ao respeito ao risco de invalidez, que cobre a incerteza das perdas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas, a Companhia gere-o à semelhança do que é efetuado para o risco de mortalidade, isto é, através da política de subscrição, da revisão regular dos pressupostos de invalidez e da subscrição de tratados de resseguro.

O risco catastrófico decorre de eventos extremos ou irregulares cujos efeitos não são suficientemente capturados nos outros riscos específicos de seguros. Decorrem normalmente de um evento específico com impacto em diversos tomadores de seguros, devido a um acréscimo dos diferentes fatores de risco em resultado de um evento de contágio, por um curto período de tempo.

Como medida de mitigação deste risco, a Companhia dispõe de tratados de resseguro que preveem estes eventos.

Riscos não biométricos

O risco de despesas representa o risco associado a variações nas despesas da Companhia. A Companhia tem definida uma estrutura de custos que é utilizada na tarifação dos produtos. Esta estrutura é acompanhada regularmente, sendo realizadas análises de sensibilidade à variação das despesas.

Por sua vez, no que diz respeito ao risco de descontinuidade, que está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e de anulação das apólices, a Companhia monitoriza a evolução da taxa de anulação, acompanhando assim o impacto resultante das anulações no valor da carteira. Para aferir o nível de exposição a este risco, são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de anulação estimada.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro referentes às coberturas de mortalidade e de invalidez:

Riscos	Euros				
	Base	Sens +5%	Sens -5%	Sens +5pp	Sens -5pp
Mortalidade	2 903 177	3 141 029	2 884 751	3 782 264	2 606 792
Invalidez	1 741 411	1 884 081	1 380 883	2 307 362	594 326

As sensibilidades apresentadas são aplicadas diretamente à tábua de mortalidade, que foi calibrada com base na sinistralidade verificada nas coberturas de morte e invalidez. Note-se que não foram apresentados resultados comparativos uma vez que o exercício não foi efetuado no ano transato.

Considerando as características dos produtos em comercialização, a Companhia identificou também riscos de natureza não vida, relacionados com as coberturas complementares de desemprego e doenças graves, encontrando-se as mesmas resseguradas a 100% e a 70%, respetivamente.

B. Risco de mercado

O risco que decorre das variações adversas no valor dos ativos relacionados com alterações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro é representado pelo risco de mercado.

O conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

Estes riscos são geridos de acordo com a Política de Investimentos da Companhia aprovada em documento próprio. Esta política destaca-se pelo seu elevado grau de prudência, nomeadamente pelos seus baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação.

Refira-se que, em linha com a atual Política de Investimentos, a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

Adicionalmente, o Comité de Risco implementado na Companhia tem como responsabilidades a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco. Além disso, é verificada a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitorizada a atividade relacionada com a sua gestão. Por último, os níveis dos riscos de mercado são controlados com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- ▷ Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- ▷ Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- ▷ Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras está ilustrada no quadro que se segue:

Euros					
2016	Valor de Mercado			Total Valor de Mercado	Valor de Balanço
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	57 736 369	-	403 721	58 140 090	58 140 090
Total	57 736 369	-	403 721	58 140 090	58 140 090

Euros					
2015	Valor de Mercado			Total Valor de Mercado	Valor de Balanço
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	46 801 909	-	2 086 656	48 888 565	48 888 565
Total	46 801 909	-	2 086 656	48 888 565	48 888 565

A reconciliação dos ativos financeiros disponíveis para venda classificados com o Nível 3 é como segue:

Euros						
	2015	Reclassificação nível 1	Valias por reservas	Reembolsos	Juros decorrido	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 086 656	(1 505 910)	3 018	(179 865)	(179)	403 721

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro. Todos os ativos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco acionista

Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado de capitais. Como referido anteriormente, e de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A Companhia também não se encontra exposta a este tipo de risco, pois a sua Política de Investimentos não prevê investimento em imóveis ou fundos imobiliários.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

Da análise dos ativos da Companhia, constata-se que este risco encontra-se apenas nas obrigações que esta detém, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Enquanto, do lado dos passivos, este risco é inexistente.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2015 e 2016:

Euros				
	2016		2015	
	Valor	Proporção	Valor	Proporção
Obrigações de taxa fixa	48 824 832	84%	39 893 682	82%
Obrigações de taxa variável	9 315 258	16%	8 994 883	18%
Total	58 140 090	100%	48 888 565	100%

O cenário que implica desvalorização de ativos é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

Euros							
2016	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	62 057 400	60 098 745	59 119 417	58 140 090	57 160 762	56 181 435	54 222 779
Impacto	3 917 310	1 958 655	979 328	-	(979 328)	(1 958 655)	(3 917 310)

Euros							
2015	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	52 564 310	50 726 438	49 807 501	48 888 565	47 969 629	47 050 692	45 212 820
Impacto	3 675 745	1 837 873	918 936	-	(918 936)	(1 837 873)	(3 675 745)

Risco de spread

Esta subcategoria de risco refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

O risco de concentração, que se refere à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor, surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas.

Uma vez que este risco é plenamente diversificável, a sua gestão está definida na Política de Investimentos, onde se estabelecem os limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes.

A composição da carteira de ativos financeiros por setores de atividade, à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresenta-se da seguinte forma:

Setor de Atividade	2016		2015		Euros
	Valor de Balanço	Peso (%)	Valor de Balanço	Peso (%)	
Financeiro	18 280 907	31,44%	17 434 180	35,66%	
Governamental	15 395 189	26,48%	13 673 763	27,97%	
Multinacional	4 803 349	8,26%	4 789 394	9,80%	
<i>Asset backed securities</i>	4 406 394	7,58%	580 747	1,19%	
Comunicações	3 870 105	6,66%	2 812 179	5,75%	
<i>Utilities</i>	3 308 371	5,69%	3 096 110	6,33%	
Consumo, não cíclico	3 150 676	5,42%	3 085 703	6,31%	
Consumo, cíclico	2 037 606	3,50%	1 511 111	3,09%	
Materiais básicos	1 792 143	3,08%	869 422	1,78%	
Energia	575 716	0,99%	533 829	1,09%	
Tecnologia	519 634	0,89%	502 127	1,03%	
Total	58 140 090	100,00%	48 888 565	100,00%	

C. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

A Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos / limites que a carteira de investimentos deve apresentar por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos. Adicionalmente, a Companhia efetua uma monitorização detalhada das suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa ou mediante a realização de investimentos, ajustando regularmente as suas necessidades /excedentes de capital.

O seguinte quadro apresenta a análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Euros

2016	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	3 385 369	3 385 369
Ativos financeiros disponíveis para venda	252 310	2 094 094	32 658 045	13 242 311	9 893 329	-	58 140 090
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 189 465	-	-	-	-	-	1 189 465
Total	1 441 775	2 094 094	32 658 045	13 242 311	9 893 329	3 385 369	62 714 923
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	11 192 019	-	-	-	-	-	11 192 019
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro direto	2 603 373	-	-	-	-	-	2 603 373
Contas a pagar por operações de resseguro	1 800 125	-	-	-	-	-	1 800 125
Contas a pagar por outras operações	983	-	-	-	-	-	983
Total	15 596 500	-	-	-	-	-	15 596 500

Euros

2015	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	9 653 704	9 653 704
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	19 512 160	16 664 010	12 712 395	-	48 888 565
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	816 260	-	-	-	-	-	816 260
Total	816 260	-	19 512 160	16 664 010	12 712 395	9 653 704	59 358 529
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	13 142 900	-	-	-	-	-	13 142 900
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro direto	6 886 734	-	-	-	-	-	6 886 734
Contas a pagar por operações de resseguro	2 375 644	-	-	-	-	-	2 375 644
Contas a pagar por outras operações	469 779	-	-	-	-	-	469 779
Total	22 875 057	-	-	-	-	-	- 22 875 057

Os valores dos depósitos recebidos de resseguradores foram considerados com maturidade até 3 meses, dado que os mesmos são recalculados numa base trimestral. Ver nota 23.

D. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Da análise das exposições da Companhia verifica-se que este risco encontra-se principalmente na carteira de investimentos, clientes e empresas de resseguro. Como tal, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Adicionalmente, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings* e monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.

O quadro que se segue apresenta a exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Euros

2016	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	3 385 369	-	-	-	-	3 385 369
Ativos financeiros disponíveis para venda	13 676 060	9 798 100	22 380 102	4 895 291	7 390 537	-	-	58 140 090
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	1 189 465	1 189 465
	13 676 060	9 798 100	25 765 471	4 895 291	7 390 537	-	1 189 465	62 714 923

Euros

2015	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	9 653 704	-	-	-	-	9 653 704
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 563 696	6 203 529	20 741 192	4 089 290	5 290 859	-	-	48 888 565
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	816 260	816 260
	12 563 696	6 203 529	30 394 896	4 089 290	5 290 859	-	816 260	59 358 529

Nos quadros seguintes ilustra-se o *rating* atribuído a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

Ressegurador	Rating			
	A.M Best	S&P	Moody's	Fitch
Axa	-	A	A2	A
AXA Partners	-	A	A2	A
GenRe	AA+	AA	Aa1	AA-
Mapfre	-	BBB+	-	BBB+
MunichRe	AA-	AA-	Aa3	AA-
Nacional	A-	A-	-	-
PartnerRe	BBB+	A-	Baa2	A-
RGA	A-	A-	Baa1	BBB+
SCOR Life	A+	AA-	Aa3	A+
SwissRe	-	A	-	A

Ressegurador	Rating					
	Vida Risco 2014	Vida Risco 2014 Fac	Vida Risco 2015	Vida Risco CAT	Desemprego	Doenças graves
AXA	-	-	-	-	24,50%	-
AXA Partners	-	-	-	-	51,00%	-
GenRe	49,68%	100,00%	-	50,00%	-	-
Mapfre	-	-	10,00%	-	-	-
MunichRe	5,89%	-	35,00%	-	-	100,00%
Nacional	-	-	15,00%	-	-	-
PartnerRe	28,21%	-	-	-	-	-
RGA	-	-	20,00%	50,00%	24,50%	-
SCOR Life	-	-	20,00%	-	-	-
SwissRe	16,22%	-	-	-	-	-
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre o último dia de 2016 e 2015.

Emitente	Euros			
	2016		2015	
	Valor de Balanço	Peso (%)	Valor de Balanço	Peso (%)
Portugal	7 390 537	48,01%	5 290 859	38,69%
Holanda	6 824 162	44,33%	6 671 222	48,79%
Alemanha	1 126 455	7,32%	1 103 080	8,07%
Espanha	54 036	0,35%	608 603	4,45%
	15 395 189	100,00%	13 673 763	100,00%

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre o último dia de 2016 e 2015.

	Euros	
	2016	2015
Outros Emissores Públicos - EIB	4 803 349	4 789 394

E. Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- ▷ Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- ▷ Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- ▷ Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- ▷ Clientes, produtos e práticas comerciais;
- ▷ Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- ▷ Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- ▷ Riscos relacionados com os processos de negócio.

Relativamente a estes riscos destacam-se as principais medidas de mitigação existentes na Companhia:

- ▷ Existência de Código de Conduta;
- ▷ Existência de manuais de procedimentos;
- ▷ Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- ▷ Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e os sistemas de informação;
- ▷ Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- ▷ Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- ▷ Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- ▷ Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

Com o objetivo de mitigar e controlar os riscos atrás mencionados foram definidos os responsáveis pelos processos, que têm como principal função assegurar que o sistema de controlo interno apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

Com o objetivo de operacionalizar o sistema de controlo interno, a Aegon Santander Portugal Vida dispõe de uma ferramenta que permite que, trimestralmente, o responsável por cada processo, reporte a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetue a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente esta informação é analisada pela área de controlo interno, são produzidos relatórios e, caso se justifique são emitidas recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

A Companhia dispõe ainda de um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorram no futuro.

Integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, para além de algumas mencionadas anteriormente, destacam-se as seguintes:

- ▷ Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- ▷ Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- ▷ Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita.

F. Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas em implementação que permitirão mitigar este risco:

- ▷ A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- ▷ Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- ▷ No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- ▷ Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- ▷ Nomeação de um provedor do cliente;
- ▷ Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- ▷ Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- ▷ Implementação de uma política de proteção de dados;
- ▷ Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais.

G. Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

28. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2016 a Companhia desenvolveu o processo respeitante à implementação do regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2016.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2016 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2017.

29. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo I

Euros

Identificação dos títulos		Valor de balanço				
Categoria	Designação	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Unitário (Inclui juros decorridos)	Total
Títulos nacionais						
Dívida pública						
	PORTUGAL 4,45% 15/06/2018 (8006)	2 050 000	112,3	2 302 000	108,8	2 230 424
	PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	500 000	128,6	643 025	112,3	561 318
	PORTUGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)	1 500 000	98,5	1 477 850	94,2	1 413 734
	PORTUGAL 4,80% 15/06/2020 (6779)	2 000 000	116,1	2 322 000	114,2	2 284 040
	PORTUGAL 4,75% 14/06/2019 (7130)	800 000	110,3	882 192	112,6	901 022
Outros emissores						
	MTGE VOLTA ELECT 1,99% 12/02/2019 (8373)	402 196	100,0	402 196	100,4	403 721

Euros

Identificação dos títulos		Valor de balanço				
Categoria	Designação	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Unitário (Inclui juros decorridos)	Total
Títulos estrangeiros						
Ações						
	PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100,0	100	100,0	100
Dívida pública						
	ESPAÑA 3,75% 31/10/2018 (8116)	50 000	111,7	55 825	108,1	54 036
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	5 000 000	108,5	5 427 400	113,4	5 669 614
	ALEMANIA 1,5% 15/02/2023 (8419)	1 000 000	106,9	1 068 700	112,6	1 126 455
	HOLANDA 2,25% 15/07/2022 (8420)	1 000 000	111,3	1 112 700	115,5	1 154 548
Outros emissores públicos						
	EIB 1,375% 15/09/2020 (8460)	4 500 000	105,5	4 747 500	106,7	4 803 349
Outros emissores						
	AMERICA MOVIL 4,125% 25/10/2019 (7869)	2 000 000	115,5	2 309 304	111,3	2 226 644
	APPLE 1% 10/11/2022 (8401)	500 000	103,1	515 250	103,9	519 634
	BANCO SABADELL 0,875% 12/11/2021 (8531)	1 000 000	99,4	994 200	102,6	1 025 795
	BMW 1,00% 15/02/2022 (8550)	500 000	100,0	499 770	104,4	522 077
	BMW 1,5% 05/06/2018 (8376)	500 000	103,6	518 205	103,0	515 240
	BPCE 4,90% 02/11/2019 (6910)	600 000	119,0	713 790	112,9	677 301
	CALL - VODAFONE 1% 11/09/2020 (8239)	500 000	102,9	514 455	102,8	513 831
	CARGILL 1,875% 04/09/2019 (7551)	1 000 000	106,5	1 064 500	105,7	1 056 572
	COCA COLA 1,125% 22/09/2022 (8400)	2 000 000	103,6	2 071 000	104,7	2 094 104
	CREDIT AGRICOLE 0% 02/02/2018 (8379)	1 000 000	124,5	1 244 600	126,3	1 262 600
	EDF 3,875% 18/01/2022 (8180)	1 500 000	117,9	1 768 890	120,6	1 808 481
	FLO - BMW 20/04/2018 (8387)	1 000 000	100,0	1 000 000	100,0	1 000 290
	FLO - CITIGROUP 11/11/2019 (8363)	1 000 000	100,4	1 004 300	100,7	1 007 121
	FLO - GOLDMAN SACHS 29/10/2019 (8362)	1 500 000	100,8	1 511 250	100,9	1 514 028
	FLO - MORGAN STANLEY 19/11/2019 (8295)	3 500 000	100,6	3 519 545	100,9	3 531 819
	FLO - SKANDINAVISKA 15/09/2020 (8529)	500 000	99,9	499 345	100,8	504 107
	FLO-COMMON. BANK AUST 21/01/2020 (8351)	1 500 000	100,4	1 505 700	100,4	1 505 582
	GLENCORE 2,625% 19/11/2018 (7622)	1 000 000	105,9	1 058 750	104,1	1 041 091
	GOLDMAN SACHS 2,5% 18/10/2021 (8375)	2 000 000	109,5	2 190 600	109,4	2 187 397
	LLOYDS 4,875% 13/01/2023 (7394)	700 000	130,5	913 570	131,7	922 095
	METLIFE 4,625% 16/05/2017 (8423)	2 000 000	108,3	2 165 000	104,7	2 094 094
	NAT AUSTRALIA BANK 4,625% 2020 (6687)	1 500 000	118,1	1 771 950	117,8	1 766 698
	NOMURA 4,00% 16/02/2017 (7020)	250 000	103,3	258 275	100,9	252 310
	NORDEA BANK 4,5% 26/03/2020 (7826)	1 700 000	116,3	1 977 114	116,3	1 977 849
	OPTUS 3,50% 15/09/2020 (6823)	1 000 000	115,1	1 150 800	113,0	1 129 630
	POPULAR 1,00% 03/03/2022 (8582)	1 000 000	100,0	1 000 000	102,8	1 028 301
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	200 000	99,6	199 206	100,1	200 114
	REPSOL 3,625% 07/10/2021 (8235)	500 000	115,3	576 600	115,1	575 716
	RIO TINTO 2% 11/05/2020 (8748)	700 000	106,8	747 747	107,3	751 052
	SANTANDER 0,75% 09/09/2022 (8530)	1 000 000	99,4	993 500	102,6	1 026 482
	VATTENFALL 6,25% 17/03/2021 (6873)	1 000 000	131,7	1 317 400	130,0	1 299 776

Anexo II

Euros

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)				
Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	2 900 113	1 964 849	1 291 208	355 945

* Sinistros ocorridos em 2015



03

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2016

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2016, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As reuniões que o Conselho Fiscal efetuou em 2016 tiveram a participação de todos os seus membros e contaram, ainda, com a presença do Administrador Delegado e do Diretor Financeiro.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015, bem como na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2016 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal ainda reuniu regularmente e manteve contactos durante o ano com o revisor oficial de contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2016, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi prestada especial atenção ao plano de implantação do sistema de gestão de risco e controlo interno, ao relatório de autoavaliação dos riscos e da solvência (relatório ORSA), ao reporte de



abertura Solvência II, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, aos conceitos e metodologia envolvidos na estratégia de risco e tolerância e ao relatório anual de *compliance*.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho.

Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta a empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Alterações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., aprove:



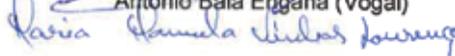
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2016;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 27 de março de 2017

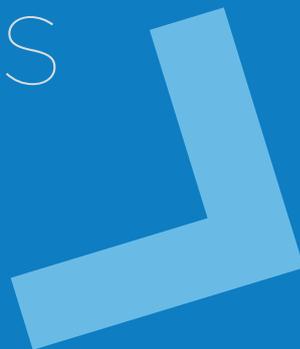
O CONSELHO FISCAL


José Duarte Assunção Dias (Presidente)


António Baía Engana (Vogal)


Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (adiante designada por “Aegon Santander Portugal Vida” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 87.715.963 euros e um total de capital próprio de 23.933.911 euros, incluindo um resultado líquido de 4.941.597 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Ativo intangível - Carteira de seguros de vida risco

Divulgação relacionada com a mensuração do ativo intangível relativo à carteira de seguros de vida risco apresentada nas notas 1, 2 c) e 18 das notas anexas às demonstrações financeiras.

O montante do ativo intangível relativo à carteira de seguros de vida risco apresentado na demonstração da posição financeira ascende a 6.369 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016 (2015: 7.625 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2014 e após constituição da Aegon Santander Portugal Vida, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. transferiu para a Companhia uma carteira de seguros relativa a apólices de seguros de vida risco individual, subscritas a partir de 1 de julho de 2012 através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. A referida carteira de seguros foi reconhecida pelo montante inicial de 9.300 milhares de euros, a amortizar ao longo do período em que se espera que a mesma venha a gerar benefícios económicos para a Companhia.

De forma a aferir sobre a recuperabilidade do valor líquido contabilístico da referida carteira a Companhia analisa, anualmente, se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associados às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à evolução da carteira e as condições atuais do mercado. Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido;
- Apreciação da metodologia adotada para testar a existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico de base IFRS.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Provisões técnicas de seguro direto**Divulgação relacionada com a mensuração das provisões técnicas de seguro direto apresentada nas notas 2 1), 3 e 19 das notas anexas às demonstrações financeiras.**

As provisões técnicas de seguro direto apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 45.497 milhares de euros (2015: 41.145 milhares de euros), representando 71% do total do passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

As responsabilidades futuras da Companhia, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Companhia e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.

As referidas responsabilidades de seguro direto, decorrentes dos contratos de seguro celebrados pela Companhia, respeitam à provisão matemática e à provisão para sinistros. Os pressupostos utilizados na determinação das referidas provisões técnicas poderão ser afetados por eventos internos e/ou externos, tais como alterações nos procedimentos de gestão de sinistros, mortalidade, inflação e alterações legais.

Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas às provisões técnicas de seguro direto;
- Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Companhia;
- Realização de procedimentos substantivos e de revisão analítica.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas de seguro direto estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões;

- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe

uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

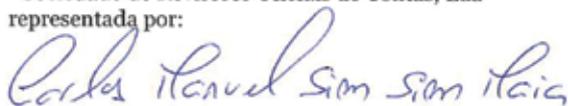
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Aegon Santander Portugal Vida pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 31 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do nº8 do artigo 77º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

23 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



Rua da Mesquita, nº 6 - 1070-238 Lisboa - Tel.: 21 780 73 69